

MANGELS INDUSTRIAL S.A.

Companhia Aberta

CNPJ nº 61.065.298/0001-02

NIRE 35.300.020.171

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

A ser convocada para 28.04.2017

Índice:

1. Comentário dos Administradores sobre a situação financeira da Companhia – pgs. 2 a 39
2. Proposta de destinação do resultado do exercício de 2016 – pgs. 40 a 45
3. Proposta de remuneração dos administradores – pgs. 46 a 59
4. Instalação e eleição do Conselho Fiscal – pgs. 60 a 63
5. Alteração do Estatuto Social – pgs. 64 a 75

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
NIRE 35.300.020.171

1. Comentários dos Diretores

(em conformidade com o disposto no artigo 9º da Instrução CVM nº 481, de 17 de dezembro de 2009 – Item 10 do Formulário de Referência).

Comentário dos administradores sobre a situação financeira da Companhia referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016.

ITEM 10. Comentários dos diretores

10.1 – Os diretores devem comentar sobre:

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais:

2016

DESTAQUE:

ENCERRAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Em 14 de março de 2017 foi decretado o encerramento da Recuperação Judicial da Mangels, pelo Dr. Marcelo Sacramone, da 2ª Vara de Falências e Recuperação Judicial de São Paulo, a pedido da Dra. Osana Mendonça, sócia da KPMG Corporate Finance, nomeada como Administradora Judicial.

Essa excelente notícia em um ambiente adverso da economia é fruto de um bem sucedido trabalho de reestruturação, que devolveu à Mangels o equilíbrio financeiro e operacional para retomar seu crescimento e o papel de destaque que sempre teve na cadeia de suprimento da indústria automobilística.

A receita para virar o jogo foi a execução de um plano com SETE PILARES CHAVES: 1- Estabilização da crise: através de controles rígidos; 2- Liderança: substituição de executivos; 3- Apoio das partes interessadas: comunicação com credores, clientes e colaboradores; 4- Foco estratégico: definição do principal negócio e investimentos; 5- Mudança organizacional: através de mudança de pessoas e criando projetos motivacionais; 6- Melhoria de processos críticos; reduzindo custos e despesas na produção, logística, vendas e administrativas; 7- Reestruturação financeira: reduzindo o capital de giro, controle efetivo do caixa e negociações de prazos com fornecedores e clientes.

Ao mesmo tempo em que fortaleceu seu caixa, a Companhia implementou mudanças organizacionais decisivas para a recuperação de sua saúde financeira, reduzindo custos e melhorando o fluxo de caixa, com a implantação de um rígido controle de despesas e custos. O quadro de executivos passou de 52 para 25 cargos, medida que gerou grande economia e agilidade na tomada de decisões. Outro destaque foi a revisão de todos os contratos junto aos fornecedores de materiais e prestadores de serviços.

Mesmo em Recuperação Judicial, a Mangels investiu mais de R\$ 45 milhões nos últimos quatro anos com a implantação de projetos importantes como o SAP na gestão, injetoras de alumínio, aquisição de novo forno de tratamento térmico e até na implantação da sua primeira célula de usinagem robotizada.

O encerramento da Recuperação Judicial ocorre três meses depois da Mangels ter aprovado o Aditivo que alterou as condições de pagamento estabelecidas no plano inicial, aumentando a carência para mais dois anos, além do prazo de pagamento o que possibilita melhor redistribuição e equilíbrio no fluxo de pagamento da dívida durante o período.

Ao atravessar esta verdadeira prova de fogo, a Companhia está fortalecida, com um time competente e comprometido, pronta para expandir a atuação no mercado produtor de rodas de alumínio, reforçando a sua missão que é ser a 1º opção para clientes, colaboradores e fornecedores, sem esquecer dos seus valores: Transparência, coragem, humildade e confiança.

CENÁRIO ECONÔMICO - 2016

No ambiente internacional, os mercados estão finalizando as apurações para os fechamentos de 2016 atentos aos riscos políticos que assombram todos os continentes. Indicadores da economia real têm trazido sinais de preocupações. Soma-se evidências de uma melhora mais disseminada da economia global, puxada principalmente pelo desempenho das economias desenvolvidas.

Fatores pontuais da economia nos Estados Unidos apontam para um PIB crescente de 1,6% em 2016. Houve uma acentuada piora de 0,3% da projeção em relação ao indicador divulgado em outubro de 2016 pelo FMI, causada pela alta taxa de desemprego.

Na China, o resultado projetado do PIB do quarto trimestre reforça a estabilização da economia verificada neste ano, acumulando quatro trimestres seguidos com expansão acima de 6%. Assim, a meta de crescimento de 6,7% do PIB poderá até ser cumprida em 2016.

Internamente os juros continuam em patamares elevados, há dificuldade de controle das contas públicas. A baixa atividade econômica, provoca forte compressão na rentabilidade das empresas. A arrecadação de impostos pelo governo ficou comprometida, o que força a urgência do ajuste fiscal, principalmente aprovando as reformas da Previdência e do Trabalho. O PIB projetado para fechar 2016 é uma retração de -3,5%.

As atividades da Companhia estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, sendo que a queda de atividade destes setores teve forte influência na Companhia e especialmente no PIB nacional. Vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas no ano de 2016, tiveram queda de 11%, 17,5% e 30%, respectivamente em comparação ao ano anterior.

PERSPECTIVAS PARA 2017

Foi sinalizada através do boletim Focus, base Março de 2017, crescimento de 0,48% do PIB para 2017. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 4,62% e a queda dos juros. Já existem poucos sinais de crescimento, inflação em queda e corte dos juros, tentam frear o aumento do desemprego no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,10 e R\$3,30 este ano.

Na sua última atualização do relatório anual (janeiro de 2017), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção do PIB no Brasil em 2017, reduzindo para 0,2%, sendo este o pior resultado da lista dos principais países do relatório anual atualizado. O Fundo manteve a estimativa de crescimento do Brasil em 2018, para 1,5%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial manterá o crescimento de 3,4% em 2017, abaixo da projeção apresentada na última atualização do relatório de novembro de 2016. Isso se deve à desaceleração da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões políticas nos principais países de economia forte.

Com o encerramento do processo de Recuperação Judicial, a Companhia terá a oportunidade de expandir o mercado de rodas de alumínio para o setor automotivo, visto que por determinação de suas matrizes algumas montadoras não podem desenvolver projetos com empresas nesta situação, bem como melhorar seu fluxo de caixa através de negociações de prazos e novos limites de crédito com fornecedores.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

No segmento de aço plano, a Companhia fornece rolos e “blanks” através de sua fábrica em Manaus para a fábrica de motocicletas da Honda, na mesma cidade. Na fábrica de Três Corações- MG, a Mangels fábrica eixo em “V” para determinados modelos de automóveis da Volkswagen.

Ao longo de 88 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

Apesar de projeções pessimistas na economia brasileira em 2017, a Mangels ciente dos seus desafios, pretende manter o foco na redução de despesas e custos, equilibrando a operação de forma a garantir eficiência no caixa e na sua rentabilidade.

2015

Em 2015 o Brasil enfrentou cenários econômicos desafiadores, tanto no ambiente internacional como no interno.

No ambiente internacional, a queda dos preços das commodities e a desaceleração da economia chinesa contribuíram de forma negativa, afetando os setores predominantemente exportadores da economia brasileira. Somando-se a isso, a política monetária dos Estados Unidos, de alta dos juros, também contribuiu para aumentar a preocupação do Brasil e de demais países quanto à possível fuga de capitais em direção aos EUA, bem como volatilidade da economia global.

No ambiente interno, a política econômica dos últimos anos foi pautada por uma política expansionista através de redução de impostos, congelamento de preços e o consequente déficit primário nas contas do governo, o que provocou muita incerteza quanto ao controle da inflação, provocando, inclusive a desvalorização do Real de 46,6% frente ao Dólar. E para combater a inflação decorrente destas políticas, o Banco Central foi obrigado a iniciar uma forte escalada de juros SELIC a partir de 2013, sendo que os mesmos, que estavam em 7,25% em abril daquele ano, chegaram a 14,25% a partir de julho de 2015, estando neste mesmo nível até hoje. A consequência destas medidas foi uma forte freada do ritmo da economia brasileira, principalmente no setor automobilístico, tendo como consequência muitas demissões, alta do desemprego, e redução da atividade econômica em geral. Estes fatores, portanto, criaram um cenário de grande incerteza, tanto nas decisões de investimento pelas empresas, como nos consumidores, com medo de gastar.

A lentidão da economia, a queda da demanda, os juros em patamares elevados, a dificuldade de controle das contas públicas e um cenário de alta da inflação, foram importantes fatores de compressão da rentabilidade das empresas. Com as empresas lucrando menos, a arrecadação do governo ficou comprometida, mesmo diante da urgência do ajuste fiscal, que já enfrenta a dura oposição do Congresso Nacional. E para atingir a meta de superávit primário de 2015, o Governo anunciou cortes em várias pastas do orçamento Federal e aumento de impostos, sem sucesso, o que deverá provocar efeitos negativos sobre a atividade econômica em 2016.

As atividades da Mangels estão altamente concentradas nos setores de veículos automotivos leves e pesados, bem como o de motocicletas, e a forte queda de atividade dos mesmos teve forte influência na Empresa e especialmente no PIB nacional, sendo que vendas de veículos leves, pesados e de motocicletas tiveram queda de vendas de 22%, 45% e 17%, respectivamente, no ano de 2015, em comparação com o mesmo período do ano anterior.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O número de recuperações judiciais deferidas em todo o Brasil em 2015 foi de 1.044 registros, número 56% maior do que o registrado em 2014, de acordo com o Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações. O resultado divulgado de 2015 é o maior para o acumulado anual, após a entrada em vigor da Nova Lei de Falências, em junho de 2005.

Em 1º de novembro de 2013 a Companhia e as controladas Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda. EPP ajuizaram ação de Recuperação Judicial.

A aprovação oficial do Plano de Recuperação Judicial da Mangels se deu em dezembro de 2014, sendo que a Assembleia Geral dos Credores aprovou o Plano no dia 5, a decisão homologatória da Recuperação Judicial foi proferida no dia 10, e a publicação no Diário da Justiça Eletrônica se deu no dia 15.

Os detalhes do Plano de Recuperação Judicial foram divulgados nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e encontram-se disponíveis no portal da Companhia (www.mangels.com.br), bem como no portal da Comissão de Valores Mobiliários – CVM (www.cvm.gov.br).

Quanto ao cumprimento do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia vem seguindo com rigor e disciplina todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores. Acumulamos até dezembro de 2015 o total de R\$ 18,2 milhões pagos. De acordo com o Plano para 2016, o pagamento de R\$43 milhões já está programado em nosso fluxo de pagamentos a credores.

PERSPECTIVAS

Foi sinalizada através do boletim Focus, base março, retração de 3,5% do PIB para 2016. Ante a baixa expectativa da atividade econômica, o mercado projeta uma inflação de 7,97% e a continuidade de juros altos. A conjunção da falta de crescimento, alta da inflação e juros elevados, sinaliza um preocupante cenário para os negócios, com uma acentuada consequência de redução dos empregos no país.

Em relação à política cambial, fica claro que, tanto o Ministério da Fazenda quanto o Banco Central, não desejam um Real valorizado, o que poderia ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica. Diante deste cenário, devemos concluir que a taxa do dólar deverá ficar entre R\$ 3,50 e R\$4,00 este ano.

Na sua última atualização do relatório anual (fevereiro de 2016), o Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nova projeção de queda do PIB no Brasil em 2016, alterando-a de -2,5% para -3,8%, sendo este o pior resultado da lista dos principais países do relatório anual. O Fundo também reduziu a estimativa de crescimento do Brasil em 2017, de 0,5%, para 0%.

Pelas novas projeções do Fundo, a economia mundial crescerá 3,4% em 2016, projeção igual àquela estimada no relatório atualizado de outubro de 2015. Isso se deve à desaceleração e desequilíbrio da economia chinesa, preços mais baixos das commodities e as tensões em algumas das grandes economias emergentes.

Para a Mangels, o ano de 2016 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios. A Companhia continua envidando esforços para implementar as etapas do Plano de Recuperação Judicial, detalhado nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2014 e divulgadas em 31 de março de 2015.

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e na condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Companhia apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, e hoje tem uma participação de mercado de 46%.

Com relação ao segmento de aço, na qual a Companhia está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local da Honda, a maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 87 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

Apesar de projeções de queda da economia brasileira em 2016, a Mangels pretende, no mínimo, repetir os volumes de 2015, e buscará o crescimento em 2016.

A despeito do cenário macroeconômico não favorável, a Companhia está ciente dos seus desafios e está confiante na retomada da lucratividade e a sua recuperação.

2014

O Fundo Monetário Internacional (FMI) reviu a sua previsão de crescimento para a economia mundial, esperando agora uma redução para 3,5% em 2015 e de 3,7% em 2016, em vez dos 3,8% e 4%, em relação aos percentuais anunciados em outubro. Para o Brasil, o Fundo prevê 2015 com crescimento de apenas 0,3%, uma redução drástica em relação ao avanço do PIB de 1,4% anunciado em outubro passado.

No Brasil foi sinalizado, através do boletim Focus, crescimento de 0,15% do PIB para 2015. Ante a baixa expectativa de crescimento econômico o mercado sinaliza uma projeção de inflação de 8,18%, com pequeno viés de alta em relação à última projeção, e a continuidade de juros altos. A conjunção entre baixo crescimento, alta da inflação e juros elevados em 13,25% a.a., é o mais temível cenário para os negócios que deveriam implicar em ajustes significativos nas políticas econômicas vigentes. O Governo admite que ajustes nas políticas monetária e fiscal, são fundamentais para manter o equilíbrio e as melhores condições macroeconômicas.

A crise hídrica coloca o Brasil cada vez mais próximo do racionamento de energia elétrica e água, mas ainda não foi demonstrado nenhum plano para que tais fatos não ocorram.

Em relação a Política cambial, fica mais claro que tanto o Ministério da Fazenda quanto do Banco Central, não desejam valorizações do real que possam ameaçar o próprio crescimento da atividade econômica, o que deve manter o dólar na casa dos R\$ 3,00.

O cenário apresentado para 2015 leva a incertezas sobre o impacto dos mesmos na economia como um todo e na Companhia em particular.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Companhia protocolou pedido de Recuperação Judicial (RJ) em 1º de novembro de 2013, cujo deferimento foi publicado no Diário da Justiça Eletrônico em 27 de novembro de 2013, como parte de um processo de reestruturação financeira.

O Plano de Recuperação Judicial foi aprovado na Assembleia Geral de Credores ocorrida no dia 05 de dezembro de 2014 e posteriormente, homologado no dia 15 de dezembro de 2014, o que permitirá à Companhia a superação da crise econômico-financeira, proporcionando honrar compromissos com credores, focar em seus negócios e preservar empregos.

PERSPECTIVAS

O ano de 2015 iniciou com o desafio da recuperação e fortalecimento de suas operações, com foco em melhorias de margens em todos os seus negócios.

A Companhia é a principal fabricante de rodas de alumínio do Brasil, com mais de 50 anos de atuação no setor e acredita na força deste mercado e da condição de se diferenciar da sua concorrência, principalmente pela qualidade reconhecida de seus produtos.

Também atuante no segmento de botijões para gás liquefeito de petróleo, a Empresa apresenta longa trajetória e uma história de sucesso no mercado, tendo iniciado a sua operação em 1938. Sempre ocupou a liderança neste mercado, com participação no mercado de aproximadamente 46%.

Com relação ao segmento de aço na qual a Empresa está inserida através de sua fábrica em Manaus, as perspectivas para os próximos anos são boas. Este negócio atende principalmente a planta local do maior fabricante de motos no Brasil.

Ao longo de 86 anos a Companhia atuou de forma transparente, ética e responsável, sempre procurando honrar os seus compromissos com os seus acionistas, clientes, fornecedores, colaboradores e comunidade financeira.

A Companhia está confiante na viabilidade econômica de seus negócios, e não medirá esforços para atingir o seu principal objetivo, que é de sua recuperação.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

1. hipóteses de resgate

Não se aplica

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

Não se aplica

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A dívida da Companhia em 31/12/2016 e 31/12/2015 está demonstrada abaixo:

ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO			
<i>R\$ Milhões</i>	31/12/2016	31/12/2015	Variação %
FINANCIAMENTOS			
Curto Prazo	1,4	20,9	
Longo Prazo	534,0	550,6	
	535,4	571,5	-6%
DISPONIBILIDADES			
Caixa e equivalentes de caixa	30,1	35,2	
Títulos e valores mobiliários	3,8	2,9	
	33,9	38,1	-11%
ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	501,5	533,4	-6%

A dívida está sendo paga em conformidade com o Plano de Recuperação Judicial e seu Aditivo, aprovados respectivamente em 05 de dezembro de 2014 e 16 de novembro de 2016. Maiores detalhes constam divulgados no site da Companhia (www.mangels.com.br) e da CVM (www.cvm.gov.br).

Para honrar os compromissos, a Companhia poderá lançar mão de quaisquer meios de captação de recursos, desde que expressamente previstos no artigo 50 da Lei nº 11.101/2005, dentre os quais destacamos:

- a) Alienação parcial de quaisquer ativos permanentes e/ou imobilizados;
- b) Alienação da planta de São Bernardo do Campo;
- c) Capitalização;
- d) Alteração do controle societário.

Todas as formas de captação, mencionados acima estarão sujeito à aprovação prévia dos credores reunidos em Assembleia Geral dos Credores.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas.

A empresa tem utilizado o ciclo de caixa operacional próprio.

Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Companhia não pretende se utilizar de nenhum financiamento.

e. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i) Contratos de empréstimos e financiamento relevantes;
- ii) Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

Endividamento	Consolidado	
	31/12/2016	31/12/2015
Moeda nacional	277.689	254.681
Moeda estrangeira	257.709	316.843
	<u>535.398</u>	<u>571.524</u>

Conforme mencionado no item "capacidade de pagamento em relação aos compromissos assumidos", 98% da total dívida da Companhia estão sujeitos ao plano de recuperação de judicial.

A dívida será liquidada em aproximadamente 10 anos, conforme abaixo:

Ano	Consolidado	
	31/12/2016	
2017	1.403	
2018	1.254	
2019	7.392	
2020	10.464	
2021	11.776	
2022	23.909	
2023	32.475	
2024	107.288	
2025	18.199	
2026	319.721	
2027 em diante	1.517	
	<u>535.398</u>	

Fontes de Liquidez adicional

A Empresa tem se utilizado somente da geração de caixa operacional próprio.

- i. grau de subordinação entre as dívidas.

Não se aplica

- ii. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários a à alienação de controle societário.

Não se aplica

f. Limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não se aplica

g. Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Principais alterações nas contas de Resultados nos anos de 2016 x 2015 x 2014 - (em R\$ mil)

	CONSOLIDADO			VARIACÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016/2015	2015/2014
Receita bruta de vendas	535.553	538.140	567.731	(2.587)	(29.591)
Mercado interno	497.856	519.097	542.886	(21.241)	(23.789)
Mercado externo	37.697	19.043	24.845	18.654	(5.802)
Imposto sobre vendas e serviços	(108.020)	(110.663)	(117.790)	2.643	7.127
Receita operacional líquida	427.533	427.477	449.941	56	(22.464)
Custo dos produtos e serviços vendidos	(382.243)	(393.782)	(403.257)	11.539	9.475
Lucro operacional bruto	45.290	33.695	46.684	11.595	(12.989)
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	(7.662)	(9.767)	(11.811)	2.105	2.044
Gerais e administrativas	(34.040)	(32.918)	(34.843)	(1.122)	1.925
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.672	4.368	(14.634)	(2.696)	19.002
	(40.030)	(38.317)	(61.288)	(1.713)	22.971
Resultado operacional antes do resultado financeiro	5.260	(4.622)	(14.604)	9.882	9.982
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	2.714	4.390	6.758	(1.676)	(2.368)
Despesas financeiras	(50.234)	(46.782)	(26.504)	(3.452)	(20.278)
Variações monetárias e cambiais	47.253	(95.347)	(9.122)	142.600	(86.225)
	(267)	(137.739)	(28.868)	137.472	(108.871)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	4.993	(142.361)	(43.472)	147.354	(98.889)
Imposto de renda e contribuição social					
Corrente	(395)	(1.277)	(883)	882	(394)
Diferido	(534)	(1.512)	(883)	978	(629)
	139	235	-	(96)	235
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	4.598	(143.638)	(44.355)	148.236	(99.283)

Análise do resultado consolidado do ano de 2016 versus o ano de 2015

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	2016	1T15	2T15	3T15	4T15	2015
Receita Bruta	151,5	141,5	131,3	111,3	535,6	144,5	151,5	129,3	112,8	538,1
Receita Líquida	123,1	113,2	103,8	87,4	427,5	114,3	118,8	103,6	90,8	427,5
Mercado Interno	112,0	98,5	96,9	82,4	389,8	109,6	112,2	99,8	86,9	408,5
Mercado Externo	11,1	14,7	6,9	5,0	37,7	4,7	6,7	3,8	3,9	19,0
CPV	(110,0)	(99,3)	(93,4)	(79,5)	(382,2)	(113,6)	(101,7)	(92,8)	(85,8)	(393,8)
Lucro Bruto	13,1	13,9	10,4	7,9	45,3	0,7	17,2	10,8	5,0	33,7
<i>Margem Bruta</i>	<i>10,6%</i>	<i>12,3%</i>	<i>10,0%</i>	<i>9,0%</i>	<i>10,6%</i>	<i>0,6%</i>	<i>14,5%</i>	<i>10,4%</i>	<i>5,5%</i>	<i>7,9%</i>
Despesas (receitas) operacionais										
Vendas, adm. e gerais	(10,7)	(10,1)	(10,2)	(10,7)	(41,7)	(10,9)	(11,9)	(11,5)	(8,5)	(42,7)
Outras receitas (despesas)	2,0	(0,1)	1,7	(1,9)	1,7	0,6	(1,1)	1,5	3,4	4,4
Lucro (Prejuízo) Operacional	4,4	3,7	1,9	(4,7)	5,3	(9,5)	4,2	0,8	(0,1)	(4,6)
Resultado Financeiro	15,5	13,1	(15,5)	(13,4)	(0,3)	(50,7)	0,2	(82,9)	(4,2)	(137,7)
Despesa Financeira	(11,8)	(11,8)	(13,3)	(13,3)	(50,2)	(9,7)	(9,4)	(16,2)	(11,6)	(46,9)
Receita Financeira	0,8	0,6	0,4	0,8	2,6	0,42	1,9	0,8	1,3	4,4
Variação cambial líquida	26,5	24,3	(2,6)	(0,9)	47,3	(41,5)	7,8	(67,5)	6,1	(95,2)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	19,9	16,8	(13,6)	(18,1)	5,0	(60,4)	4,5	(82,1)	(4,3)	(142,3)
Imposto de renda e contribuição social	-	(3,8)	3,6	(0,2)	(0,4)	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,6)	(1,3)
Lucro (Prejuízo) Líquido	19,9	13,0	(10,0)	(18,3)	4,6	(60,4)	4,4	(82,7)	(4,9)	(143,6)
EBITDA	9,2	8,4	6,3	0,3	24,2	(4,6)	9,1	5,9	5,1	15,5

As **vendas brutas consolidadas** da Companhia no 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de 1,3% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. No entanto, as vendas brutas acumuladas no ano de 2016 ficaram somente 0,5% abaixo do valor do mesmo período do ano anterior, apesar da forte contração dos principais segmentos onde a Mangels atua, conforme citado anteriormente no cenário econômico.

As **vendas líquidas consolidadas** de R\$ 87,4 milhões no 4º trimestre de 2016 tiveram uma redução de 3,7% em relação aos R\$ 90,8 milhões do mesmo período de 2015. Coincidentemente, o valor acumulado de R\$ 427,5 no ano de 2016 repete o valor do ano anterior se mantendo no mesmo patamar, destaque ao crescimento de 98% das exportações, preponderantemente no mercado de Rodas.

O **lucro bruto consolidado** alcançou R\$ 7,9 milhões no 4º trimestre de 2016, o que contribuiu para um valor expressivo de R\$ 45,3 milhões no valor acumulado no ano de 2016, com 34% de aumento em relação ao mesmo período de 2015, apesar de um faturamento líquido que manteve o mesmo patamar do ano anterior. Isso representa um aumento de 2,7 pontos percentuais na margem bruta chegando em 10,6%. Este desempenho foi possível graças às ações de reestruturação da fábrica que resultaram na redução dos gastos gerais de fabricação.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 41,7 milhões no ano de 2016 e R\$ 42,7 milhões no período do ano anterior, resultando assim em redução no valor acumulado do ano em R\$ 1 milhão, equivalente a 2,3%.

Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** de R\$ 5,3 milhões no ano de 2016, em forte contraste ao prejuízo de R\$ 4,6 milhões no mesmo período em 2015.

O **EBITDA** acumulado no ano de 2016 foi de R\$ 24,2 milhões, versus R\$ 15,5 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, refletindo um aumento significativo de R\$ 8,7 milhões, ou seja, 56% superior ao resultado do ano anterior. Esse aumento seria ainda maior se

o governo não tivesse alterado o cálculo da desoneração da folha de pagamento para 2016, que prejudicou a maior parte das empresas, principalmente as indústrias.

O **Resultado Financeiro** negativo de R\$ 0,3 milhões acumulado no ano de 2016 foi irrelevante, frente ao alto valor negativo de R\$ 137,7 milhões verificado no mesmo período do ano anterior. Esta melhoria se deu principalmente pela valorização do Real frente ao Dólar, o que provocou uma diminuição do valor da dívida, devido aos financiamentos em dólar. Este fator provocou, portanto, o reconhecimento de R\$ 47,3 milhões de receita de variação cambial, frente à despesa de R\$ 95,2 milhões no ano anterior. Estes valores não afetam o caixa da Companhia no curto prazo, pois praticamente toda a dívida da companhia é de longo prazo.

Portanto, devido às melhorias já mencionadas, o **resultado final consolidado das operações** no ano de 2016 apresentou um lucro de R\$ 4,6 milhões, bastante expressivo se comparado ao prejuízo de R\$ 143,6 milhões no ano anterior.

Análise do resultado consolidado do ano de 2015 versus o ano de 2014

O resultado do desempenho consolidado da Companhia está abaixo demonstrado:

R\$ Milhões	1º Trim 2015	2º Trim 2015	3º Trim 2015	4º Trim 2015	Acumulado 2015	1º Trim 2014	2º Trim 2014	3º Trim 2014	4º Trim 2014	Acumulado 2014
Receita Bruta	144,5	151,5	129,3	112,8	538,1	134,7	147,8	153,7	131,5	567,7
Receita Líquida	114,3	118,8	103,6	90,8	427,5	108,7	118,6	118,3	104,3	449,9
<i>Mercado Interno</i>	109,6	112,2	99,8	86,9	408,5	102,9	109,4	113,9	98,9	425,1
<i>Mercado Externo</i>	4,7	6,7	3,8	3,9	19,0	5,8	9,2	4,4	5,4	24,8
CPV	(113,6)	(101,7)	(92,8)	(85,8)	(393,8)	(97,4)	(106,0)	(106,5)	(93,4)	(403,3)
Lucro Bruto	0,7	17,2	10,8	5,0	33,7	11,3	12,6	11,8	10,9	46,6
<i>Margem Bruta</i>	0,6%	14,5%	10,4%	5,5%	7,9%	10,4%	10,6%	10,0%	10,5%	10,4%
Despesas Operacionais	(10,9)	(11,9)	(11,5)	(8,5)	(42,7)	(10,0)	(12,9)	(11,8)	(11,9)	(46,7)
Vendas, adm. e gerais										
Outras receitas (despesas)	0,6	(1,1)	1,5	3,4	4,4	(1,0)	(1,8)	(1,3)	(10,5)	(14,6)
Lucro (Prejuízo) Operacional	(9,5)	4,2	0,8	(0,1)	(4,6)	0,3	(2,1)	(1,4)	(11,5)	(14,7)
Resultado Financeiro	(50,8)	0,2	(82,9)	(4,2)	(137,7)	(3,2)	(4,7)	(29,7)	8,8	(28,8)
Despesa Financeira	(9,7)	(9,4)	(16,2)	(11,6)	(46,9)	(9,7)	(10,0)	(10,7)	3,9	(26,5)
Receita Financeira	0,4	1,9	0,8	1,3	4,4	0,5	0,4	1,0	5,0	6,8
Variação cambial líquida	(41,5)	7,8	(67,5)	6,1	(95,2)	6,1	4,9	(20,0)	(0,1)	(9,1)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	(60,4)	4,5	(82,1)	(4,3)	(142,3)	(2,9)	(6,8)	(31,0)	(2,8)	(43,5)
Imposto de renda e contribuição social	(0,1)	(0,1)	(0,6)	(0,6)	(1,3)	(0,2)	(0,3)	(0,1)	(0,3)	(0,9)
Lucro (Prejuízo) Líquido	(60,4)	4,4	(82,7)	(4,9)	(143,6)	(3,3)	(6,9)	(31,1)	(3,1)	(44,4)
EBITDA	(4,9)	8,9	6,4	5,1	15,5	4,5	2,7	4,1	(6,4)	4,9

As **vendas brutas** consolidadas da Companhia apresentaram uma redução de 14% no 4º trimestre de 2015 e de 5% no acumulado do ano de 2015, quando comparadas ao mesmo período de 2014. Isto ocorreu devido às reduções nos segmentos que atua, conforme citados no cenário econômico.

As **vendas líquidas** consolidadas de R\$ 90,8 no 4º trimestre de 2015 e de R\$ 427,5 milhões no ano de 2015 tiveram reduções de 13% e 5% respectivamente. O forte impacto neste trimestre foi ocasionado pela drástica queda do negócio de Cilindros, principalmente na venda de botijões novos, com uma queda de mercado em torno de 35%.

O **lucro bruto** consolidado alcançou R\$ 5 milhões no 4º trimestre de 2015 e 33,7 milhões no ano de 2015, atingindo o percentual de 7,9% de margem bruta.

As **despesas com vendas, gerais e administrativas** somaram R\$ 8,5 milhões no 4º trimestre de 2015 e R\$ 42,7 milhões no ano de 2015, versus R\$ 11,9 milhões no 4º trimestre de 2014 e R\$ 46,7 milhões no ano de 2014, refletindo uma redução de 29% e 9% respectivamente, reflexo das ações de reestruturação da Companhia na redução de custos e adequações ao mercado.

Como consequência, a Companhia teve um **resultado operacional** negativo no ano de 2015, de R\$ 4,6 milhões, muito abaixo do prejuízo de R\$ 14,7 milhões no mesmo período de 2014.

O **Resultado Financeiro** negativo de R\$ 137,7 milhões no ano de 2015 foi muito superior ao verificado no mesmo período do ano anterior, sendo que esse aumento se deu principalmente pela desvalorização expressiva de 46,6% do Real frente ao Dólar, o que provocou o reconhecimento de R\$ 95,2 milhões de aumento no saldo da dívida quando convertidos para Reais e a consequente despesa de variação cambial em seu resultado. Este efeito não afeta o caixa da Companhia no curto prazo, que tem quase toda a sua dívida de principal e juros registrados como financiamento de longo prazo.

O **resultado final** consolidado das operações no ano de 2015 apresentou um prejuízo de R\$ 143,6 milhões, fortemente impactado pelo Resultado Financeiro.

O **EBITDA** do ano de 2015 foi de R\$ 15,5 milhões, versus R\$ 4,9 milhões apresentados no mesmo período do ano anterior, refletindo um aumento significativo de 216%.

Principais alterações nas contas Patrimoniais nos anos de 2016 x 2015 x 2014 - (em R\$ mil)

<u>ATIVO</u>	CONSOLIDADO			VARIÇÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	30.125	35.236	42.631	(5.111)	(7.395)
Títulos e valores mobiliários	3.784	2.934	2.992	850	(58)
Contas a receber de clientes	40.027	32.237	34.727	7.790	(2.490)
Estoques	43.849	58.336	53.997	(14.487)	4.339
Tributos a recuperar	14.723	19.702	20.383	(4.979)	(681)
Despesas antecipadas	1.512	377	353	1.135	24
Outros ativos	7.552	9.302	13.089	(1.750)	(3.787)
Total do ativo circulante	141.572	158.124	168.172	(16.552)	(10.048)
NÃO CIRCULANTE					
Imobilizado destinado a venda	66.998	71.007	75.978	(4.009)	(4.971)
Tributos a recuperar	-	432	2.109	(432)	(1.677)
Depósitos judiciais	10.413	11.244	9.528	(831)	1.716
Outros ativos	288	771	759	(483)	12
Imobilizado	140.594	149.528	151.289	(8.934)	(1.761)
Intangível	3.893	6.087	9.790	(2.194)	(3.703)
Total do ativo não circulante	222.186	239.069	249.453	(16.883)	(10.384)
TOTAL DO ATIVO	363.758	397.193	417.625	(33.435)	(20.432)

PASSIVO	CONSOLIDADO			VARIACÃO	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	2016 x 2015	2015 x 2014
PASSIVO CIRCULANTE					
Fornecedores	18.880	16.478	22.715	2.402	(6.237)
Empréstimos e financiamentos	1.403	20.916	1.299	(19.513)	19.617
Salários e encargos sociais	16.394	14.620	11.572	1.774	3.048
Tributos a recolher	5.267	2.804	1.742	2.463	1.062
Tributos parcelados	1.231	1.004	1.286	227	(282)
Contas a pagar - descontinuidade de negócios	13.452	21.068	18.302	(7.616)	2.766
Outros passivos	5.542	12.788	19.106	(7.246)	(6.318)
Total do passivo circulante	62.169	89.678	76.022	(27.509)	13.656
PASSIVO NÃO CIRCULANTE					
Fornecedores	18.137	20.832	26.600	(2.695)	(5.768)
Empréstimos e financiamentos	533.995	550.608	436.189	(16.613)	114.419
Provisão para riscos e discussões judiciais	26.627	26.799	24.166	(172)	2.633
Tributos parcelados	9.261	3.067	4.077	6.194	(1.010)
Outras contas a pagar	6.997	4.235	4.959	2.762	(724)
Total do passivo não circulante	595.017	605.541	495.991	(10.524)	109.550
TOTAL DO PASSIVO	657.186	695.219	572.013	(38.033)	123.206
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	171.273	171.273	171.273	-	-
Resultados abrangentes	10.491	10.761	11.216	(270)	(455)
Prejuízos acumulados	(475.192)	(480.060)	(336.877)	4.868	(143.183)
Total do patrimônio líquido	(293.428)	(298.026)	(154.388)	4.598	(143.638)
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	363.758	397.193	417.625	(33.435)	(20.432)

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2016 em comparação com o ano de 2015

Principais contas do Ativo:

- ✓ *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – a redução de R\$5,1 milhões em 2016 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente a redução na conta de “Empréstimos e financiamentos”.
- ✓ *Contas a receber de clientes* - o aumento de R\$7,8 milhões foi em decorrência da diminuição do valor de faturamento de consignado em relação ao ano anterior, que reflete na conta de estoque como citado abaixo.
- ✓ *Estoques* – redução de R\$14,5 milhões em 2016 em relação ao ano de 2015 é decorrente de estoque de consignado com volumes menores que o ano anterior devido as oscilações do mercado e estratégias de vendas.
- ✓ *Outros ativos* - redução de R\$1,7 milhões está relacionado a redução na conta de adiantamento a fornecedores diversos, principalmente fretes.

Principais contas do Passivo:

- ✓ *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2016 era de R\$535,4 milhões versus R\$571,5 milhões em 2015, a redução é decorrente do pagamento de juros e principal a credores, conforme disposto no Plano de Recuperação Judicial e da variação cambial.
- ✓ *Fornecedores (curto e longo prazo)* - em 2016 o valor registrado foi de R\$37,0 milhões versus R\$37,3 milhões em 2015, a redução verificada é decorrente de pagamentos

programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2016. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2016</u>
2017	18.880
2018	5.364
2019	5.364
2020	3.462
2021	1.561
2022	1.561
2023	825
	<u>37.017</u>

Análise do balanço patrimonial consolidado do ano de 2015 em comparação com o ano de 2014

Principais contas do Ativo:

- ✓ *Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários* – a redução de R\$ 7,4 milhões em 2014 nestas contas foram decorrentes da movimentação das contas do capital de giro, principalmente a redução na conta de fornecedores.
- ✓ *Contas a receber de clientes* - a redução de R\$ 2,5 milhões foi em decorrência de redução das vendas em 2015, quando comparado a 2014, conforme comentado do tópico receita de vendas - análise do resultado consolidado do ano de 2015 versus 2014.
- ✓ *Estoques* – aumento de R\$ 4,3 milhões em 2015 em relação ao ano de 2014 é decorrente de estoque estratégico devido as oscilações do mercado.
- ✓ *Outros ativos* - redução de R\$ 3,8 milhões está relacionado a redução na conta de adiantamento a fornecedores diversos, principalmente fretes.

Principais contas do Passivo:

- ✓ *Empréstimos e Financiamentos (curto e longo prazo)* – a dívida em 2015 era de R\$ 571,5 milhões versus R\$ 437,5 milhões em 2014, o aumento registrado é decorrente basicamente da variação cambial dos empréstimos atrelados a moeda norte americana.
- ✓ *Fornecedores (curto e longo prazo)* - em 2015 o valor registrado foi de R\$ 37,3 milhões versus R\$49,3 milhões em 2014, a redução verificada é decorrente de pagamentos programados a fornecedores da recuperação judicial durante o ano de 2015. O saldo da conta de fornecedores está programado para pagamento conforme demonstrado no fluxo abaixo:

	Consolidado
	31/12/2015
2015	-
2016	16.478
2017	5.408
2018	5.366
2019	5.366
2020	1.564
2021	1.564
2022	1.564
	37.310

Provisão para riscos e discussões judiciais- o aumento de R\$ 2,6 milhões é referente a créditos de ICMS e de contribuições previdenciárias que a Companhia vem compensando e por conservadorismo efetua a provisão no mesmo montante.

10.2 – Os Diretores devem comentar:

a. Resultados das operações do emissor, em especial:

i. Descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Comentários dos negócios

RODAS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	79,9	74,6	74,3	66,0	294,8	68,7	81,0	82,8	70,7	303,2
Receita Líquida	65,1	60,7	59,8	52,6	238,2	54,7	63,6	65,6	56,0	239,9
Mercado Interno	55,2	48,3	52,8	47,7	204,0	50,0	59,0	61,8	52,5	223,3
Mercado Externo	9,9	12,4	7,0	5,0	34,3	4,7	4,6	3,8	3,5	16,6
CPV	(61,8)	(56,8)	(56,0)	(48,2)	(222,8)	(62,8)	(56,2)	(60,4)	(56,8)	(236,2)
Lucro Bruto	3,3	3,9	3,8	4,4	15,4	(8,1)	7,4	5,2	(0,8)	3,7
<i>Margem Bruta</i>	<i>5,1%</i>	<i>6,4%</i>	<i>6,4%</i>	<i>8,4%</i>	<i>6,5%</i>	<i>-14,8%</i>	<i>11,6%</i>	<i>7,9%</i>	<i>-1,4%</i>	<i>1,5%</i>

O mercado automotivo, segmento no qual o negócio de Rodas está inserido, apresentou produção de automóveis e veículos comerciais leves de 2.062 mil unidades no ano de 2016 versus 2.313 mil unidades, para o mesmo período de 2015, provocando uma queda de 11%, segundo dados divulgados pela Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

No entanto, o faturamento líquido acumulado no ano de 2016 do negócio de Rodas foi de R\$ 238,2 milhões, muito próximo aos R\$ 239,9 milhões do ano de 2015, apesar da desaceleração que o setor automotivo vem atravessando. O lucro bruto foi de R\$ 15,4 milhões no ano de 2016, comparado com R\$ 3,7 milhões no ano anterior, significando uma melhoria expressiva. Da mesma forma, a margem bruta evoluiu de 1,5% no ano de 2015 para 6,5% no ano de 2016. Esta excelente melhoria é decorrente da estratégia tomada pela Companhia de investir em melhor gestão de produtividade dos equipamentos e dos colaboradores.

CILINDROS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	64,1	59,0	50,4	38,6	212,1	59,3	59,9	34,6	34,1	187,9
Receita Líquida	51,0	45,5	37,8	29,0	163,3	44,7	45,8	26,7	27,1	144,3
Mercado Interno	49,9	43,1	37,9	28,9	159,8	44,7	43,7	26,7	26,8	141,9
Mercado Externo	1,1	2,4	-	(0,1)	3,4	-	2,1	-	0,3	2,4
CPV	(40,9)	(36,1)	(31,7)	(25,7)	(134,4)	(38,6)	(35,5)	(23,6)	(21,9)	(119,6)
Lucro Bruto	10,1	9,4	6,1	3,3	28,9	6,1	10,3	3,1	5,2	24,7
<i>Margem Bruta</i>	<i>19,8%</i>	<i>20,7%</i>	<i>16,1%</i>	<i>11,4%</i>	<i>17,7%</i>	<i>13,6%</i>	<i>22,5%</i>	<i>11,6%</i>	<i>14,1%</i>	<i>17,1%</i>

O negócio de Cilindros atua no setor de recipientes de GLP, reservatórios de ar para caminhões e ônibus, prestação de serviços de requalificação de recipientes para GLP e de separação e classificação de vasilhames vazios de GLP.

As empresas que atuam no setor de GLP aumentaram a sua demanda por botijões novos e, por outro lado, diminuíram a demanda por serviços de requalificação, em relação a 2015.

O mercado de veículos pesados caiu fortemente, provocando uma queda de 17% nas vendas de reservatórios de ar, o que impactou seriamente a rentabilidade deste produto.

Desta forma, a receita líquida do ano de 2016 atingiu R\$ 163,3 milhões, apresentando aumento de 13,2% comparado ao mesmo período de 2015. Mesmo com todas as adversidades, o lucro bruto foi de R\$ 28,9 milhões no ano de 2016 com uma excelente margem bruta, que evoluiu para 17,7%. Esse excelente desempenho é devido, principalmente, à maior diluição dos custos fixos da fábrica.

AÇOS

R\$ Milhões	1T16	2T16	3T16	4T16	Acumulado 2016	1T15	2T15	3T15	4T15	Acumulado 2015
Receita Bruta	7,5	7,9	6,6	6,6	28,6	16,5	10,7	11,8	8,0	47,0
Receita Líquida	6,9	7,1	6,2	5,8	26,0	15,0	9,4	11,3	7,4	43,1
Mercado Interno	6,9	7,1	6,2	5,8	26,0	15,0	9,4	11,3	7,4	43,1
CPV	(7,2)	(6,5)	(5,6)	(5,8)	(25,1)	(12,3)	(8,9)	(10,0)	(6,7)	(37,9)
Lucro Bruto	(0,3)	0,6	0,6	-	0,9	2,7	0,5	1,3	0,7	5,2
<i>Margem Bruta</i>	<i>-4,3%</i>	<i>8,5%</i>	<i>9,7%</i>	<i>0,0%</i>	<i>3,5%</i>	<i>18,0%</i>	<i>5,3%</i>	<i>11,5%</i>	<i>9,5%</i>	<i>12,1%</i>

Os produtos de aço englobam chapas de aço plano para a indústria de motocicletas, produzidas na planta industrial da Mangels, em Manaus, bem como eixos traseiros para automóveis leves, fabricados na planta industrial da Mangels em Minas Gerais em forma de lâminas de aço em perfil de “V”.

A receita líquida acumulada no ano de 2016 deste segmento foi de R\$ 26 milhões, valor inferior em 39,7% às vendas do ano de 2015. A queda verificada deve-se à retração nos mercados de motocicletas e automóveis, ocasionada pelas restrições do crédito e ao aumento das taxas de juros bancários.

- b. **Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.**

Não se aplica

- c. **Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor.**

Rodas: A maior influência neste Negócio é em relação a sua principal matéria-prima, o alumínio que tem preços internacionais (London Metal Exchange – LME) e é cotado em dólar. Os preços de venda das rodas em sua maioria são celebrados em contrato e tem cláusula de reajuste automático da matéria prima alumínio a cada trimestre, ocorrendo, portanto, uma defasagem de três meses entre o preço que a Empresa paga pela matéria-prima e o preço que ela vende aos seus clientes.

Cilindros e Aços (Manaus): A variação do preço do aço e a concorrência de mercado são os principais fatores que influenciam nos preços destes Negócios. Para o negócio de Cilindros, a influência da capacidade de investimentos de seus clientes, uma vez que as aquisições de botijões novos representam aquisição de ativo imobilizado e um fator importante.

Resultados Financeiros:

A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Empresa devido a variação cambial decorrente dos financiamentos em moeda estrangeira.

10.3 – Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a) **Introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica

- b) **Constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Não se aplica

- c) **Eventos ou operações não usuais**

Não ocorreram eventos ou operações não usuais

10.4. Os diretores devem comentar

- a) **Mudanças significativas nas práticas contábeis**

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs),

aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e conforme as normas internacionais de contabilidade (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração.

Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

A Administração da Companhia declara e confirma que todas as informações relevantes próprias e constantes das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e que correspondem às informações utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

Normas novas, alterações e interpretações de normas

Emitidas pelo IASB, mas que não estavam em vigor até a data de emissão destas demonstrações contábeis e não adotadas antecipadamente pela Companhia.

IFRS 9 (CPC 48) – Instrumentos Financeiros - em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, que reflete todas as fases do projeto de instrumentos financeiros e substitui a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A norma introduz novas exigências sobre classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge. A IFRS 9 está em vigência para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, não sendo permitida a aplicação antecipada. É exigida aplicação retrospectiva, não sendo obrigatória, no entanto, a apresentação de informações comparativas.

A aplicação antecipada de versões anteriores da IFRS 9 (2009, 2010 e 2013) é permitida se a data de aplicação inicial for anterior a 1º de fevereiro de 2015. A Companhia está avaliando os impactos de sua adoção.

IFRS 15 (CPC 47) – Receitas de Contratos com Clientes – a IFRS 15, emitida em maio de 2014, estabelece um novo modelo constante de cinco passos que será aplicado às receitas originadas de contratos com clientes. Segundo a IFRS 15, as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de mercadorias ou serviços a um cliente. Os princípios na IFRS 15 contemplam uma abordagem mais estruturada para mensurar e reconhecer receita. A norma da nova receita é aplicável a todas as entidades e substituirá todas as atuais exigências de reconhecimento de receita, nos termos da IFRS. Uma aplicação retrospectiva total ou modificada é exigida para períodos anuais que tenham início em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data, sendo permitida adoção antecipada, em análise no Brasil. A administração está avaliando os impactos de sua adoção.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

b) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Mangels Industrial S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas *pele International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Encerramento do processo de Recuperação Judicial

Chamamos a atenção para a nota explicativa no.27 – Eventos subsequentes, que descreve o processo de encerramento da Recuperação Judicial a qual a Companhia estava sujeita até 17 de março de 2017. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Plano de recuperação judicial

(Conforme notas explicativas 1.1. Recuperação judicial)

A Companhia e as controladas obtiveram a homologação no pedido de recuperação judicial no dia 15 de dezembro de 2014 e em 16 de novembro de 2016 repactuou as condições do plano de

recuperação por meio de aditivo. O risco mais significativo em relação ao plano de recuperação judicial está relacionado ao cumprimento de todas as etapas descritas no Plano, principalmente o fluxo de pagamento aos credores.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes das condições do plano de recuperação judicial, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a constituição e a mensuração dos passivos decorrentes do plano de recuperação judicial, considerando, entre outros, os controles relacionados à totalidade;
- Testamos a liquidação financeira das obrigações de curto prazo ocorridas dentro do exercício, certificando o cumprimento do fluxo de pagamento estabelecidos no aditivo do plano de recuperação judicial;
- Testamos o registro contábil dos efeitos da repactuação do plano realizada em 16 de novembro de 2016;
- Testamos e avaliamos o fluxo de caixa além de premissas e medidas adotadas pela Administração da Companhia, para os próximos doze meses, de forma a checar se a Companhia, com base nas suas operações e nos desembolsos previstos, tem capacidade de honrar referidos passivos, visando a manutenção do equilíbrio financeiro e operacional.

Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

(Nota Explicativa nº 15 – “Empréstimos e financiamentos”)

A Companhia e as controladas possuem empréstimos e financiamentos obtidos junto a Instituições financeiras nacionais e estrangeiras, os quais são suscetíveis a variação cambial e são partes integrantes ao plano de recuperação judicial.

Esse tema foi considerado um PAA, pelo fato dos riscos mais significativos estarem relacionados a exposição cambial, atualização monetária de acordo com as taxas de juros definidas no plano de recuperação judiciais, segregação de curto e longo prazo e garantias reais.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria: A fim de mitigar o risco de distorções materiais decorrentes dos contratos de empréstimos e financiamentos, foram realizados, entre outros procedimentos:

- Realizamos o entendimento e análise dos controles internos relevantes que envolvem a mensuração e monitoramento dos empréstimos e financiamentos vigentes;
- Realizamos testes nos contratos vigentes e obtivemos evidências sobre a liquidações realizadas dentro do exercício;
- Confirmamos junto as instituições financeiras os saldos em 31 de dezembro de 2016.
- Revisamos a devida divulgação nas demonstrações contábeis.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das

demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2017.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos:
Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (*International*

Financial Reporting Standards - IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nesta avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia destes controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Ênfase

Em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no período findo em 31 de dezembro de 2015, incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 143.638 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 480.060 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2015, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no

pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme mencionado na nota explicativa 1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Conseqüentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos também as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

São Paulo, 28 de março de 2016.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

Relatório da auditoria para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014

Relatório sem ressalvas e com ênfase

Aos:
Acionistas e Conselho de Administradores da
Mangels Industrial S.A. – Em Recuperação Judicial
São Paulo – SP

Introdução

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Mangels Industrial S.A. - Em Recuperação Judicial (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, compreendendo o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do passivo a descoberto e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Estas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e também que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Mangels Industrial S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1, em 1º de novembro de 2013, a Companhia ajuizou na Comarca da Capital do Estado de São Paulo, pedido de recuperação judicial, em conjunto com suas controladas, Mangels Componentes da Amazônia Ltda. e E. Koga & Cia. Ltda., nos termos da Lei no. 11.105/05. Em 27 de novembro de 2013, foi publicado o deferimento do processo da recuperação judicial. Em 24 de janeiro de 2014, a Companhia apresentou seu plano de recuperação judicial com a discriminação dos meios de recuperação a serem empregados, demonstração de sua viabilidade econômica e laudo econômico-financeiro. Após a apresentação do Plano de Recuperação, quatro Assembleias foram agendadas para aprovação do mesmo. Na quarta e última Assembleia Geral de Credores “AGC”, o Plano foi aprovado por todas as classes de credores, nos termos do artigo 45 da Lei nº 11.101/2005. Tendo em vista a dependência dos eventos futuros, viabilidade e sucesso do plano de recuperação judicial para os próximos exercícios e, considerando que a Companhia no exercício findo de 31 de dezembro de 2014, incorreu em prejuízos individual e consolidado de R\$ 44.355 mil e possui prejuízos acumulados individual e consolidado de R\$ 336.877 mil, essa situação indica a existência de incerteza significativa que levanta dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade normal dos negócios da Companhia e suas controlada. Em 31 de dezembro de 2014, os ativos e passivos individuais e consolidados da Companhia foram classificados e avaliados no pressuposto de continuidade normal dos negócios. Nossa

opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1.1.1, o plano de recuperação judicial possui cláusulas restritivas quanto ao cumprimento de certas exigências legais do mesmo. Consequentemente, a continuidade operacional da Companhia dependerá dos eventos futuros para atendimento das exigências definidas no plano de recuperação judicial. Nossa opinião não contém ressalva sobre este assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações contábeis é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e como informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício e período comparativos

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, apresentados para fins de comparação, foram, anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram o relatório datado de 14 de abril de 2014, contendo abstenção de opinião, em decorrência de ressalvas referente aos seguintes assuntos: **(i)** falta de aprovação do plano de recuperação judicial; **(ii)** continuidade operacional; **(iii)** não preparação de demonstrações contábeis em base de liquidação e **(iv)** incerteza quanto a realização dos ativos e pagamento dos passivos, assuntos estes endereçados substancialmente, com a aprovação do plano de recuperação judicial em 2015, não resultando em impactos nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 27 de março de 2015.

Rafael Dominguez Barros
Contador CRC 1SP-208.108/O-1

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisão contingência, reconhecimento de receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios de recuperação de ativos e instrumentos financeiros.

Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

Os grupos do ativo não circulante classificados como mantidos para venda são mensurados com base no menor valor entre o contábil e o valor justo, deduzidos dos custos de venda. Os grupos de ativo não circulante são classificados como mantidos para venda se seus valores contábeis forem recuperados por meio de uma transação de venda, em vez de por meio de uso contínuo. Essa condição é considerada cumprida apenas quando a venda for altamente provável e o grupo de ativo ou de alienação estiver disponível para venda imediata na sua condição atual.

Uma vez classificados como mantidos para venda, os ativos não são depreciados ou amortizados.

Apresentações de informações por segmentos

As informações por segmentos de negócios são apresentadas de modo consistente com o processo decisório do principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é a Diretoria da Companhia, responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia, suportada pelo Conselho de Administração.

Conversão em moeda estrangeira

a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada uma das empresas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação das demonstrações contábeis.

b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras são reconhecidos na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira exceto quando essas variações forem utilizadas como operações de hedge de investimentos líquidos, neste caso serão contabilizadas diretamente no patrimônio líquido.

c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente

Os resultados e a posição financeira das empresas sediadas no exterior (nenhuma das quais opera em economia considerada hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação (Reais), são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- ✓ Ativos e passivos, convertidos pela taxa de câmbio na data de fechamento do balanço;
- ✓ Receitas e despesas, convertidas pela taxa média de câmbio do mês em que estas são registradas; todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas no patrimônio líquido, na rubrica Ajustes Acumulados de Conversão, e são reconhecidas no resultado quando da realização dos investimentos.
- ✓ Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Ativos financeiros

Classificação

Sua classificação é determinada pela administração no seu reconhecimento inicial e depende da finalidade para o qual foram adquiridos. São duas categorias nas quais os ativos financeiros são classificados pela Companhia:

(a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo e é contabilizado no ativo circulante.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de hedge.

(b) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não-circulantes).

Compreendem as contas a receber de clientes, demais contas a receber e caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo.

Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia e suas controladas se comprometem a comprar ou vender o ativo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo de amortização, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos de transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham sido realizados ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia e suas controladas tenham transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado no exercício em que ocorrem. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, como por exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outros resultados operacionais líquidos, quando é estabelecido o direito da Companhia de receber dividendos.

Os valores justos dos ativos e passivos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontado e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam no mínimo possíveis com informações geradas pela administração da própria Companhia.

Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros podem ser reportados pelo valor líquido no balanço patrimonial unicamente quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Impairment de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas avaliam no final de cada exercício do relatório se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridos somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que a Companhia e suas controladas usam para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem:

- Dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- Uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- O desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - a) Mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira;
 - b) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimos na carteira; e
 - c) Condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

A Companhia e suas controladas avaliam em primeiro lugar se existe evidência objetiva de impairment.

O montante da perda por impairment é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por impairment é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia e suas controladas podem mensurar o impairment com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

Contas a receber de clientes

São registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes das vendas de produtos, acrescidos de variações cambiais, quando aplicável. As contas a receber de clientes referem-se na sua totalidade a operações de curto prazo e assim não são trazidas a valor presente por não representar ajustes relevantes nas demonstrações contábeis. As perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD ou impairment) são constituídas com base na análise dos riscos de realização dos créditos em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

As recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas contra "Outros resultados operacionais, líquidos", na demonstração do resultado.

Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio das compras ou da produção, inferior aos custos de reposição ou aos valores de realizações, dos dois o menor. As importações em andamento são demonstradas ao custo de cada importação.

O custo dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreende os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos e as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade normal). O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

Imobilizado

Os itens do imobilizado estão demonstrados pelo seu custo de aquisição, formação ou construção, inclusive os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos que demandam certo tempo para ficar pronta menos depreciação acumulada apurada pelo método linear, considerando-se a estimativa de vida útil econômica dos respectivos itens e que são revisadas ao final de cada exercício.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado e somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, no período de ocorrência.

O valor do ativo imobilizado é reduzido para seu valor recuperável, se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado.

Os ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais, líquidos".

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e os gastos são refletidos na demonstração do resultado do exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil econômica estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômico futuros desses ativos, são contabilizadas por meio de mudanças no exercício ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis.

A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria consistente com a utilização do ativo intangível, e sua amortização é reconhecida de forma linear.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa.

Neste sentido, em 2013 a Companhia revisou seus ativos classificados como intangível e imobilizado e concluiu pela baixa integral do ágio proveniente de expectativa de rentabilidade futura.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia e os valores estão representados na nota explicativa 14.

	Software	Desenvolvimento de sistemas
Vida útil	Definida	Definida
Método amortização utilizado	Linear	Linear

Impairment de ativos não-financeiros

Os ativos que tem uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para verificação de impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são testados apenas se existirem evidências objetivas (eventos ou mudanças de circunstâncias) de que o valor contábil pode não ser recuperável. Nesse sentido são considerados os efeitos de obsolescência, demanda concorrência e outros fatores econômicos. Para fins de avaliação do impairment, os ativos são agrupados nos menores níveis para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC).

Empréstimos

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), utilizando o método da taxa de juros efetiva, exceto aqueles que têm instrumentos derivativos de proteção, os quais serão avaliados ao seu valor justo.

Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no exercício em que são incorridos.

Contas a pagar a fornecedores e provisões

Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

São, inicialmente, reconhecidas pelo valor nominal e que equivale ao valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

Provisões

As provisões são reconhecidas quando há uma obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados e que seja provável a necessidade de uma saída de recursos para

liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. São mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflita os riscos específicos da obrigação.

Benefícios aos empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social, férias, 13º salário), remunerações variáveis como: participação nos lucros, bônus.

a) Participação nos lucros

A Companhia e suas controladas remuneram seus colaboradores mediante participação no lucro líquido, de acordo com o desempenho verificado no exercício. Esta remuneração é reconhecida como passivo e uma despesa operacional nos resultados (custo dos produtos vendidos, despesas com vendas ou despesas administrativas) quando o colaborador atinge as condições de desempenho estabelecidas.

Impostos

Impostos sobre as vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto as autoridades fiscais, hipóteses em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item das despesas, conforme o caso;
- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas,
- Quando o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitos aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: (i) Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI): depende da classificação fiscal de cada produto industrializado, prevalecendo à alíquota de 5% a 10%; (ii) Programa de Integração Social (PIS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 1,65%; (iii) Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS): sistemática de cálculo não cumulativo a alíquota de 7,60%; (iv) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS): sistemática de cálculo não cumulativo alíquota: 18% ou 17% (quando operação for interna), e 7% ou 12% (quando operação for interestadual); e (v) Imposto sobre Serviços (ISS): depende das normas de cada Município e do tipo de serviços, prevalecendo à alíquota de 2% a 5%.

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados com base no resultado do exercício, antes da constituição do imposto de renda e contribuição social, ajustados pelas inclusões e exclusões previstas na legislação fiscal. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Na prática as inclusões ao lucro contábil de despesas, ou as exclusões das receitas, ambas temporariamente não tributáveis, geram o registro de créditos ou débitos tributários diferidos.

Esses tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiver relacionado com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montante a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos exceder o total devido na data do relatório.

Os impostos e contribuições diferidos são reconhecidos somente se for provável a sua compensação com lucros tributários futuros.

Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas.

A Companhia através de sua subsidiária Mangels Componentes da Amazônia Ltda., goza de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis de 75%, concedida pelo governo federal, para o desenvolvimento regional nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, para o exercício de 2009 a 2018, desde que obedecidas às seguintes obrigações:

- Cumprimento da legislação trabalhista e social das normas de proteção e controle do meio ambiente (Art. 14, inciso II, da Lei nº 6.938/81 do Decreto nº 94.075/94);
- Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da Redução correspondente a cada exercício, observando as normas em vigor sobre a matéria (Art. 34 do Decreto 67.527, de 11/11/1970);
- Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo de incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis;
- Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

O efeito da subvenção está demonstrado na nota explicativa nº 23.

Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, descontos e abatimentos concedidos, bem como das eliminações de venda entre empresas do grupo, sendo reconhecida quando o valor desta pode ser mensurado com segurança, que seja provável que os benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos, detalhados a seguir estiverem atendidos para cada uma das atividades.

a) Venda de produtos

São reconhecidas no resultado quando da entrega dos produtos, bem como pela transferência dos riscos e benefícios ao comprador.

b) Prestação de serviços

São reconhecidas no resultado quando do desfecho da prestação do serviço, bem como quando os benefícios econômicos fluirão para o tomador do serviço.

c) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva.

Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a um instrumento financeiro a Companhia e suas controladas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento.

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores devem comentar:

a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.

A Companhia conta com o departamento de Auditoria Interna, que avalia constantemente o sistema de controles internos de forma a garantir a segurança de suas operações e seus registros contábeis.

A Companhia também investe em tecnologia e capacitação de pessoal difundindo a importância da cultura de controle interno, contando com o envolvimento de todas as áreas, com o objetivo de mitigar perdas potenciais advindas de exposição a riscos e atender as melhores práticas de Governança Corporativa.

Com base nos relatórios periódicos da Auditoria Interna a Companhia julga que seu ambiente de controles internos é suficientemente confiável para impedir erros materiais em suas demonstrações financeiras. O ambiente de controles internos inclui as funções de governança e de administração e as atitudes, consciência e ações dos responsáveis pela governança e pela administração.

b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não foram registradas deficiências, mas recomendações de melhorias que a Administração avaliou e colocará em prática. Importante ressaltar que a Administração entende, com base no relatório da auditoria externa, que o grau de eficácia dos controles internos é adequado e que não comprometem as Demonstrações Contábeis da Empresa.

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Não se aplica

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Não se aplica

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Não se aplica

10.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

Os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

a. Arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos.

Não se aplica

b. Carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos.

Não se aplica

c. Contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços.

Não se aplica

d. Contratos de construção não terminada.

Não se aplica

e. Contratos de recebimentos futuros de financiamentos.

Não se aplica

f. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras.

Não se aplica

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor.

Não se aplica

b. Natureza e o propósito da operação.

Não se aplica

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação.

Não se aplica

10.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócio do emissor, explorado especificamente os seguintes tópicos:

a. Investimentos, incluindo:

i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Investimentos em 2016:

Foram investidos em 2016 R\$ 8.962 mil, referente a automação e manutenção das plantas de Rodas e Cilindros.

ii. Fontes de financiamento dos investimentos

As fontes de financiamento destes investimentos foram a própria Geração de Caixa.

iii.

Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Em dezembro de 2012 a Companhia tomou a decisão de descontinuar o negócio de aços, que operava na planta de São Bernardo do Campo, visto que vinha apresentando resultado negativo. A paralisação total da atividade deste negócio ocorreu em Julho de 2013 e todo o ativo correspondente está disponibilizado para venda. A venda deste ativo é parte integrante do plano de recuperação judicial da companhia.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor.

Não se aplica

c. Novos produtos e serviços, indicando:

i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não se aplica.

ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados

Não se aplica.

iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não se aplica.

10.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção.

Todos os fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional da Empresa foram abordados nos itens anteriores.

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
NIRE 35.300.020.171

2. PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO DE 2016
(em conformidade com o disposto no art. 9º, § único, inciso II, da Instrução CVM
481/09 - Anexo 9-1-II)

A administração da Companhia submete à apreciação da Assembleia Geral, proposta de destinação do lucro líquido do exercício do período findo em 31 de dezembro de 2016, no montante de R\$ 4.597.772,35, conforme abaixo:

a) R\$ 229.888,62 serão destinados à Reserva Legal, nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76 e art. 32, alínea “a” do Estatuto Social da Companhia;

b) R\$ 4.367.883,73 serão destinados à Reserva para Aumento de Capital, de acordo com o Art. 32, parágrafo 1º do Estatuto Social da Companhia, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social.

1. Informar o lucro líquido do exercício

O lucro líquido referente ao exercício de 2016, foi de 4.597.772,35.

2. Informar o montante global e o valor por ação dos dividendos, incluindo dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados

De acordo com o item 8.11 do Plano de Recuperação Judicial, as Recuperandas não distribuirão lucros, dividendos ou juros sobre o capital próprio antes do pagamento integral dos credores nos termos previstos no Plano.

3. Informar o percentual do lucro líquido do exercício distribuído

Não se aplica, conforme descrito no item 2.

4. Informar o montante global e o valor por ação de dividendos distribuídos com base em lucro de exercícios anteriores

Foi apurado prejuízo. Não se aplica.

5. Informar, deduzidos os dividendos antecipados e juros sobre capital próprio já declarados:

Não se aplica.

- a. O valor bruto de dividendo e juros sobre capital próprio, de forma segregada, por ação de cada espécie e classe
- b. A forma e o prazo de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio
- c. Eventual incidência de atualização e juros sobre os dividendos e juros sobre capital próprio
- d. Data da declaração de pagamento dos dividendos e juros sobre capital próprio considerada para identificação dos acionistas que terão direito ao seu recebimento

6. Caso tenha havido declaração de dividendos ou juros sobre capital próprio com base em lucros apurados em balanços semestrais ou em períodos menores

Não se aplica.

- a. Informar o montante dos dividendos ou juros sobre capital próprio já declarados
- b. Informar a data dos respectivos pagamentos

7. Fornecer tabela comparativa indicando os seguintes valores por ação de cada espécie e classe:

- a. Lucro líquido do exercício e dos 3 (três) exercícios anteriores

	Lucro líquido	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Lucro por ação
2016	4.597.772,35	2.067.243	3.715.969	0,7950
2015	Prejuízo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2014	Prejuízo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
2013	Prejuízo	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica

- b. Dividendo e juros sobre capital próprio distribuído nos 3 (três) exercícios anteriores

Nos exercícios de 2015, 2014 e 2013, não ocorreram distribuição de dividendos devido à apuração de prejuízos e em 2016 conforme descrito no item 2.

8. Havendo destinação de lucros à reserva legal

a. Identificar o montante destinado à reserva legal

R\$ 229.888,62

b. Detalhar a forma de cálculo da reserva legal

Conforme art. 193 da Lei 6404/76 e como consta no art. 32 do Estatuto Social da Companhia, do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda e 5% será destinado para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% do capital social.

9. Caso a companhia possua ações preferenciais com direito a dividendos fixos ou mínimos

a. Descrever a forma de cálculos dos dividendos fixos ou mínimos

As ações preferenciais têm um percentual mínimo de 25% do lucro líquido ajustado, acrescido de 10% do atribuído a cada ação ordinária conforme art. 6º do Estatuto Social da Companhia.

b. Informar se o lucro do exercício é suficiente para o pagamento integral dos dividendos fixos ou mínimos

Não se aplica.

c. Identificar se eventual parcela não paga é cumulativa

Não se aplica.

d. Identificar o valor global dos dividendos fixos ou mínimos a serem pagos a cada classe de ações preferenciais

Não se aplica.

- e. **Identificar os dividendos fixos ou mínimos a serem pagos por ação preferencial de cada classe**

Não se aplica.

10. Em relação ao dividendo obrigatório

- a. **Descrever a forma de cálculo prevista no estatuto**

Conforme art. 32 do Estatuto Social da Companhia após a constituição da Reserva Legal, 25%, no mínimo, do lucro líquido ajustado será destinado ao pagamento do dividendo.

- b. **Informar se ele está sendo pago integralmente**

Não se aplica.

- c. **Informar o montante eventualmente retido**

Não se aplica.

11. Havendo retenção do dividendo obrigatório devido à situação financeira da companhia

- a. **Informar o montante da retenção**

Não se aplica.

- b. **Descrever, pormenorizadamente, a situação financeira da companhia, abordando, inclusive, aspectos relacionados à análise de liquidez, ao capital de giro e fluxos de caixa positivos**

Detalhamento encontra-se publicado nas Demonstrações Financeiras (Relatório da Administração).

- c. **Justificar a retenção dos dividendos**

Não se aplica.

12. Havendo destinação de resultado para reserva de contingências

Não se aplica.

- a. Identificar o montante destinado à reserva**
- b. Identificar a perda considerada provável e sua causa**
- c. Explicar porque a perda foi considerada provável**
- d. Justificar a constituição da reserva**

13. Havendo destinação de resultado para reserva de lucros a realizar

Não se aplica.

- a. Informar o montante destinado à reserva de lucros a realizar**
- b. Informar a natureza dos lucros não-realizados que deram origem à reserva**

14. Havendo destinação de resultado para reservas para aumento de capital

- a. Descrever as cláusulas estatutárias que estabelecem a reserva**

De acordo com o artigo 32, parágrafo 1º do Estatuto Social de 29 de abril de 2016, o saldo será destinado à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração, delibere destino diverso.

- b. Identificar o montante destinado à reserva**

R\$ 4.367.883,73

- c. Descrever como o montante foi calculado**

Lucro líquido de 2016: R\$ 4.597.772,35 (-) Reserva legal: R\$ 229.888,62 =

Reserva para aumento de capital: R\$ 4.367.883,73

15. Havendo retenção de lucros prevista em orçamento de capital

Não se aplica.

- a. Identificar o montante da retenção**
- b. Fornecer cópia do orçamento de capital**

16. Havendo destinação de resultado para a reserva de incentivos fiscais

Não se aplica.

- a. Informar o montante destinado à reserva**
- b. Explicar a natureza da destinação**

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
NIRE 35.300.020.171

3.PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES
(em conformidade com o disposto no art.12, da Instrução CVM 481/09 – item 13 do Formulário de Referência)

Em atendimento ao disposto no artigo 12 da Instrução CVM 481/09, informamos a proposta de remuneração dos administradores a ser deliberada na AGOE a ser realizada no próximo dia 28/04/2017.

Os membros do Conselho de Administração propõem que a remuneração anual global dos administradores, compreendendo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e Diretoria estatutária para o período de maio de 2017 a abril de 2018, seja fixada em até R\$ 6.272.640,00 (seis milhões, duzentos e setenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais). O montante global proposto, após aprovado pela Assembleia Geral, será distribuído entre membros de cada órgão, conforme definido em reunião do Conselho de Administração a ser realizada com tal finalidade.

A seguir, informações sobre a remuneração dos administradores da Companhia, nos termos do item 13 do Formulário de Referência (art.12 da Instrução CVM 481/09).

ITEM 13.1

Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. objetivos da política ou prática de remuneração

A Companhia mantém prática de monitorar periodicamente o mercado, através de pesquisas salariais através da Hay Group, de modo a adotar uma política de remuneração compatível com os mercados nacional, regional e setorial. A prática de remuneração dos Administradores leva em conta as responsabilidades de cada órgão, o tempo dedicado às respectivas funções, a competência e reputação profissional, o valor dos serviços no mercado e as qualificações. A prática da remuneração objetiva atrair e manter profissionais qualificados, capazes de contribuir para a obtenção de resultados e desenvolvimento dos planos estratégicos da Companhia.

b. composição da remuneração, indicando:

i. descrição dos elementos da remuneração e os objetivos de cada um deles

Os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal recebem honorários fixos mensais em linha com as melhores práticas de mercado e em conformidade com a mediana de mercado. Os membros da Diretoria recebem parte da remuneração correspondente a um valor fixo mensal e parte em remuneração variável, adiante pormenorizada.

A remuneração dos administradores em cada um dos órgãos se dá da seguinte forma:

a) Conselho de Administração: os membros do Conselho de Administração recebem, a título de honorários, 12 (doze) remunerações por ano, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Os membros do Conselho de Administração que são Diretores são remunerados apenas na função de Diretor.

b) Diretoria:

(b.1) os membros da Diretoria estatutária recebem 12 (doze) remunerações por ano, a título de honorários, observado o montante global anual fixado pela Assembleia e individualizado pelo Conselho de Administração. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os Diretores estatutários, além dos honorários mensais, recebem um valor a título de remuneração variável.

O Programa de remuneração variável está estruturado da seguinte forma:

SRV – Sistema de Remuneração Variável:

– Atingimento mínimo de 80% do Indicador Financeiro da Mangels para ser considerado elegível.

– No SRV existem 02 indicadores:

- Indicador financeiro Mangels consolidado
- Metas Individuais

(b.2) Os membros da Diretoria não estatutária recebem 13 (treze) remunerações por ano, incluindo o 13º salário. Diretores que forem membros do Conselho de Administração são remunerados apenas na função de Diretor.

Os diretores não estatutários, além do salário mensal, recebem um valor a título de remuneração variável, conforme Programa descrito no item (b.1) anterior.

c) Conselho Fiscal: a remuneração anual global dos membros do Conselho Fiscal não é inferior a 10% da que, em média, for atribuída a cada Diretor, não computado verbas de representação. A Companhia reembolsa os conselheiros fiscais de todas as despesas de locomoção e estada necessárias ao desempenho de suas funções.

ii. qual a proporção de cada elemento na remuneração total

Da remuneração total dos Diretores, estatutários e não estatutários, reconhecida em 2016, 60% corresponde a honorários fixos e 40% a remuneração variável.

iii. metodologia de cálculo e de reajuste de cada um dos elementos da remuneração

O valor da remuneração fixa e a política de remuneração variável são periodicamente comparadas com o mercado através de pesquisas conduzidas por consultoria especializada e ajustados quando necessário.

Regra geral a remuneração do Conselho de Administração, Conselho Fiscal é reajustada anualmente ou, em prazo menor se assim as condições da empresa e de mercado permitirem. A diretoria estatutária é reajustada uma vez por ano por ocasião da revisão salarial de mercado elaborada pela Hay Group.

A remuneração da Diretoria não estatutária é reajustada duas vezes ao ano:

- a) considerando a data base e o índice de convenção coletiva da categoria sindical correspondente, e
- b) por ocasião da revisão dos valores de mercado elaborado pela Hay Group.

iv. razões que justificam a composição da remuneração

A composição da remuneração da Diretoria em fixa e variável estimula o desenvolvimento dos administradores e a melhoria contínua dos resultados gerais da empresa. A possibilidade de ganhos acima da média de mercado atrai e retém os profissionais desejados pela Companhia.

c. principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

A determinação do salário base leva em consideração o valor do cargo medido pelo sistema de avaliação de cargos e os referenciais de mercado.

O indicador financeiro EBTIDA foi o indicador financeiro considerado em 2016, bem como será considerado em 2017, para determinação da remuneração variável.

d. como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Anualmente o Conselho de Administração realiza o planejamento estratégico onde são definidas as metas e desafios para os anos subseqüentes que são desdobrados por toda a organização sob forma de metas das operações de negócios, das divisões e individuais.

e. como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses do emissor de curto, médio e longo prazo

Os indicadores escolhidos para determinar os níveis de remuneração dos Diretores são definidos pelo próprio Conselho de Administração assegurando, assim, atendimento aos interesses do emissor.

f. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

A remuneração dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria é suportada pela Companhia.

g. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Inexiste qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de evento societário.

ITEM 13.2

Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos últimos 3 exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. remuneração segregada em:**
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:**
 - salário ou pró-labore**
 - benefícios diretos e indiretos**
 - remuneração por participação em comitês**
 - outros**
 - ii. remuneração variável, segregada em:**
 - bônus**
 - participação nos resultados**
 - remuneração por participação em reuniões**
 - comissões**
 - outros**
 - iii. benefícios pós-emprego**
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo**
 - v. remuneração baseada em ações**
- d. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**
- e. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**

Remuneração reconhecida no resultado de 2014 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	04	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	03	02	03
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pro labore	R\$ 303.600	R\$ 2.236.221	R\$ 370.800

. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	0	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-
. Bônus	-	-	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	303.600	2.236.221	370.800
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal	2.910.621		

Remuneração reconhecida no resultado de 2015 do Conselho de Administração,
Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	04	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	03	02	03
Remuneração Fixa Anual	R\$	R\$	R\$
. Salário ou Pro labore	495.000	2.292.430	370.800
. Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde	-	-	-
. Remuneração por participação em Comitês	-	-	-
Remuneração Variável	-	-	-
. Bônus	-	618.505	-
. Participação nos resultados	-	-	-
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	495.000	2.910.935	370.800
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal	3.776.735		

Remuneração reconhecida no resultado de 2016 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	04	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	04	02	03
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pro labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R\$ 2.463.407 - -	R\$ 1.799.454 - -	R\$ 294.720 - -
Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- -	- 1.228.661	- -
Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	2.463.407	3.028.115	294.720
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal	5.786.242		

Remuneração prevista para o exercício social de 2017 do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal:

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	04	02	03
Nº de membros que são remunerados dentro de cada órgão	04	02	03
Remuneração Fixa Anual . Salário ou Pro labore . Benefícios diretos e indiretos Plano de aposentadoria e pensão, Plano de Saúde . Remuneração por participação em Comitês	R\$ 2.468.157 - -	R\$ 2.240.718 - -	R\$ 256.680 - -
Remuneração Variável . Bônus . Participação nos resultados	- -	- 1.307.085	- -

Benefícios pós emprego	-	-	-
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	-	-	-
Remuneração baseada em ações	-	-	-
Valor da remuneração total de cada órgão	2.468.157	3.547.803	256.680
Total da remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal	6.272.640		

ITEM 13.3

Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão
- b. número de membros
- c. em relação ao bônus:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- d. em relação à participação no resultado:
 - i. valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - ii. valor máximo previsto no plano de remuneração
 - iii. valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - iv. valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

Membros do Conselho de Administração e Fiscal não fazem jus a remuneração variável. Os membros do Conselho de Administração que participam também da Diretoria recebem remuneração variável, porém, tal valor será devido, exclusivamente, em razão de serem membros da Diretoria da Empresa.

Remuneração variável no exercício de 2014	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		2.596.381	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		1.730.920	

. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2014		0	
Participação no resultado			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
.Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	
. Valor efetivamente reconhecido no resultado do exercício de 2014		-	

Remuneração variável no exercício de 2015	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		2.577.000	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		1.718.000	
Participação no resultado			
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
.Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	

Remuneração variável no exercício de 2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus:		R\$	
. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		Zero	
. Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		998.200	
Participação no resultado			

. Valor mínimo previsto no plano de remuneração		-	
.Valor máximo previsto no plano de remuneração		-	
. Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		-	

Remuneração variável prevista para o exercício de 2017	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Nº de membros	Não se aplica	02	Não se aplica
Em relação ao bônus: . Valor mínimo previsto no plano de remuneração . Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		R\$ Zero - 1.307.085	
Participação no resultado . Valor mínimo previsto no plano de remuneração .Valor máximo previsto no plano de remuneração . Valor previsto no plano de remuneração caso as metas sejam atingidas		- - -	

ITEM 13.4

Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- a. termos e condições gerais**
- b. principais objetivos do plano**
- c. forma como o plano contribui para esses objetivos**
- d. como o plano se insere na política de remuneração do emissor**
- e. como o plano alinha os interesses dos administradores e do emissor a curto, médio e longo prazo**
- f. número máximo de ações abrangidas**
- g. número máximo de opções a serem outorgadas**
- h. condições de aquisição de ações**

- i. critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício*
- j. critérios para fixação do prazo de exercício*
- k. forma de liquidação*
- l. restrições à transferência das ações*
- m. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano*
- n. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações*

Não aplicável, pois a Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações.

ITEM 13.5

Informar a quantidade de ações ou quotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Ações emitidas pela Empresa e detidas em 31.12.16		
	Ordinárias	Preferenciais
Conselho de Administração	24	1.185.104
Diretoria	-	-
Conselho Fiscal	-	16.666

ITEM 13.6

Em relação à remuneração baseada em ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão*
- b. número de membros*
- c. em relação a cada outorga de opções de compra de ações:*
 - i. data de outorga*
 - ii. quantidade de opções outorgadas*
 - iii. prazo para que as opções se tornem exercíveis*
 - iv. prazo máximo para exercício das opções*
 - v. prazo de restrição à transferência das ações*
 - vi. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:*
 - em aberto no início do exercício social*
 - perdidas durante o exercício social*
 - exercidas durante o exercício social*
 - expiradas durante o exercício social*
- d. valor justo das opções na data de outorga*
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções outorgadas*

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

ITEM 13.7

Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão***
- b. número de membros***
- c. em relação às opções ainda não exercíveis***
 - i. quantidade***
 - ii. data em que se tornarão exercíveis***
 - iii. prazo máximo para exercício das opções***
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações***
 - v. preço médio ponderado de exercício***
 - vi. valor justo das opções no último dia do exercício social***
- d. em relação às opções exercíveis***
 - i. quantidade***
 - ii. prazo máximo para exercício das opções***
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações***
 - iv. preço médio ponderado de exercício***
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social***
 - vi. valor justo do total das opções no último dia do exercício social***

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

ITEM 13.8

Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. órgão***
- b. número de membros***
- c. em relação às opções exercidas informar:***
 - i. número de ações***
 - ii. preço médio ponderado de exercício***
 - iii. valor total da diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas***
- d. em relação às ações entregues informar:***
 - i. número de ações***
 - ii. preço médio ponderado de aquisição***
 - iii. valor total da diferença entre o valor de aquisição e o valor de mercado das ações adquiridas***

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

ITEM 13.9

Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação**
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco**
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado**
- d. forma de determinação da volatilidade esperada**
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo**

Não aplicável, pois a Companhia não possui remuneração baseada em ações.

ITEM 13.10

Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. nome do plano**
- d. quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar**
- e. condições para se aposentar antecipadamente**
- f. valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- g. valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores**
- h. se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições**

Não aplicável, pois não há planos de previdência em vigor conferidos aos administradores.

ITEM 13.11

Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

- a. órgão**
- b. número de membros**
- c. valor da maior remuneração individual**
- d. valor da menor remuneração individual**
- e. valor médio de remuneração individual**

Em atenção à sentença proferida no processo nº 2010.5101002888-5, que tramita perante a 5ª Vara Federal do Rio de Janeiro, RJ, movida pelo Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Rio de Janeiro, a Empresa deixa de apresentar as informações referidas neste item.

REMUNERAÇÃO FIXA					
Em 31.12.2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal		
Nº de membros					
Nº de membros remunerados em cada órgão					
. Valor anual da maior remuneração individual fixa					
. Valor anual da menor remuneração individual fixa					
. Valor anual médio de remuneração individual fixa					
Observações:					

REMUNERAÇÃO VARIÁVEL					
Em 31.12.2016	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal		
Nº de membros					
Nº de membros remunerados em cada órgão					
. Valor anual da maior remuneração individual variável					
. Valor anual da menor remuneração individual variável					
. Valor anual médio de remuneração individual variável					
Observações:					

ITEM 13.12

Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não aplicável, pois a Empresa não possui arranjos contratuais, apólices de seguro ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria.

ITEM 13.13

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

	2014	2015	2016
Conselho de Administração	77%	67%	92%
Diretoria	74%	71%	49%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

ITEM 13.14

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Nos 3 últimos exercícios sociais nenhum valor foi pago aos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Diretoria que não tenham sido a título de remuneração pela função que ocupam.

ITEM 13.15

Em relação aos 3 últimos exercícios sociais, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

	2014	2015	2016
Conselho de Administração	-	-	-
Diretoria	-	-	-
Conselho Fiscal	-	-	-

ITEM 13.16

Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Todas as informações relevantes foram mencionadas nos itens anteriores

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
 CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
 NIRE 35.300.020.171
 Companhia Aberta

4. PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO – INSTALAÇÃO E ELEIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

(em conformidade com o disposto no art.10, da Instrução CVM 481/09 – itens 12.5 a 12.10 do Formulário de Referência)

A instalação do Conselho Fiscal será deliberada em conformidade com o artigo 27 do Estatuto Social, que assim dispõe:

Art. 27. *O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal.*

Parágrafo Único. *O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere.*

Instalado o Conselho Fiscal, a acionista controladora Mangels S.A, indica os seguintes nomes: efetivos: Srs. João Ricardo Toledo Saretta e Júlio Flávio Pipolo; suplentes: Srs. Geraldo Vieira dos Santos e José Alcides Montes Filho.

Em atendimento ao disposto no artigo 10 da Instrução CVM 481/09, informamos os dados a seguir relacionados relativos aos nomes indicados para o Conselho Fiscal:

12.6 **Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal do emissor, indicar, em forma de tabela:** a) nome; b) idade; c) profissão; d) CPF ou número do passaporte; e) cargo eletivo ocupado; f) data de eleição; g) data da posse; h) prazo do mandato; i) outros cargos ou funções exercidos no emissor; j) indicação se foi eleito pelo controlador ou não

NOME	IDADE	PROFISSÃO	CPF	CARGO ELETIVO OCUPADO	DATA DE ELEIÇÃO	DATA DA POSSE	PRAZO DO MANDATO	OUTROS CARGOS OU FUNÇÕES EXERCIDOS NO EMISSOR	ELEITO PELO CONTROLADOR
João Ricardo Toledo Saretta	64	Economista e Contador	509.407.248-04	Conselheiro do C.F. (efetivo)	29/04/16	29/04/16	28/04/17	-	Sim
Júlio Flávio Pipolo	57	Advogado	028.519.238-89	Conselheiro do C.F. (efetivo)	29/04/16	29/04/16	28/04/17	-	Sim
Geraldo Vieira dos Santos	65	Contador	446.597.338-15	Conselheiro do C.F. (suplente)	29/04/16	-	-	-	
José Alcides Montes Filho	52	Advogado	064.676.268-00	Conselheiro do C.F. (suplente)	29/04/16	-	-	-	

12.7 Fornecer as informações mencionadas no item 12.6 em relação aos membros dos comitês estatutários, bem como dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, ainda que tais comitês ou estruturas não sejam estatutários

Não aplicável.

12.8 Em relação a cada um dos administradores e membros do conselho fiscal, fornecer:

a. currículo, contendo as seguintes informações:

- i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome da empresa; cargo e funções inerentes ao cargo; atividade principal da empresa na qual tais experiências ocorreram, destacando as sociedades ou organizações que integram (i) o grupo econômico do emissor, ou (ii) de sócios com participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários do emissor
- ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe ou tenha ocupado em companhias abertas

b. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:

- i. qualquer condenação criminal
- ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
- iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer

Conselho Fiscal – Efetivos

JOÃO RICARDO TOLEDO SARETTA - Contador formado pela Faculdade de Ciências Contábeis Paulo Eiró, Economista graduado pela Faculdade de Economia Pedro II, com especialização em Direito Tributário pelo CEEU, Finanças Internacionais pela Pace University, MBA pelo IBMEC. Trabalhou em firma internacional de auditoria independente, foi contador geral e depois controller em empresas de capital aberto e desde 1997 ocupa cargos de Direção Administrativa e Financeira em empresas de grande porte. É sócio e administra firma de Consultoria Econômico Financeira.

Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra “b” do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

JÚLIO FLÁVIO PIPOLO - Advogado, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Tributário pela PUC-SP e especialização em Administração de Empresas na FGV. Membro do Conselho Fiscal da Mangels Industrial S.A.

Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra “b” do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

Conselho Fiscal – Suplentes

GERALDO VIEIRA DOS SANTOS - Contador e Administrador de Empresas, com vários cursos na área de Controladoria. Exerceu vários cargos nas áreas administrativas e financeiras de empresas privadas. É sócio da empresa G.V.S. Consultoria Empresarial e Informática Ltda. Prestando serviços de consultoria em gestão empresarial, organização e métodos; processos e execução de sistemas funcionais e operacionais na GJP Participações S.A.

Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra “b” do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

JOSÉ ALCIDES MONTES FILHO - Advogado, formado em direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP, palestrante. É sócio da Peixoto e Cury Advogados.

Nada consta relativo aos eventos a que se refere a letra “b” do item 12.8 do Formulário de Referência (art. 10 da Instrução CVM 481/09).

12.9 Informar a existência de relação conjugal, união estável ou parentesco até o segundo grau entre:

- a. **administradores do emissor**
- b. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores de controladas, diretas ou indiretas, do emissor**
- c. **(i) administradores do emissor ou de suas controladas, diretas ou indiretas e (ii) controladores diretos ou indiretos do emissor**
- d. **(i) administradores do emissor e (ii) administradores das sociedades controladoras diretas e indiretas do emissor**

Não aplicável.

12.10 Informar sobre relações de subordinação, prestação de serviço ou controle mantidas, nos 3 últimos exercícios sociais, entre administradores do emissor e:

- a. sociedade controlada, direta ou indiretamente, pelo emissor**

- b. controlador direto ou indireto do emissor**

- c. caso seja relevante, fornecedor, cliente, devedor ou credor do emissor, de sua controlada ou controladoras ou controladas de alguma dessas pessoas**

Não aplicável.

MANGELS INDUSTRIAL S.A.
Companhia Aberta
CNPJ/MF nº 61.065.298/0001-02
NIRE 35.300.020.171

5. PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO ESTATUTO SOCIAL

(em conformidade com o disposto no artigo 11 da Instrução CVM nº 481/09)

A Administração submete aos acionistas proposta para alteração dos seguintes artigos do Estatuto Social:

i. Artigo 2º - o “caput” do artigo 2º dispõe sobre a Sede e foro da Companhia. No Estatuto Social aprovado pela assembleia geral extraordinária realizada em 08.01.2015 constou no artigo 2º que em sua sede a Sociedade exerce atividades exclusivamente administrativas, e por um lapso, tal informação deixou de constar no estatuto social aprovado nas assembleias gerais realizadas em 30.11.2015 e 29.04.2016. Assim, para regularizar o equívoco, propõem restabelecer a informação que a atividade exercida na sede da Companhia é exclusivamente administrativa.

A redação atual é:

Art. 2º - A Sociedade tem sede no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que é seu foro.

A redação proposta é:

Art. 2º - A Sociedade tem sede no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que é seu foro. Em sua sede, a Sociedade exerce **atividades exclusivamente administrativas.**

O efeito jurídico esperado com essa alteração é apenas registrar e dar conhecimento a terceiros que a sede da Companhia tem atividade meramente administrativa. A Companhia não espera que, dessa modificação, decorram quaisquer efeitos econômicos.

ii. Propõe-se ainda, ajuste na redação do artigo 4º do Estatuto Social. O artigo 4º dispõe sobre o objeto social da Companhia e a proposta consiste em aprimorar a redação para especificar a atividade de prestação de serviços, inclusive de separação, classificação e destroca de vasilhames vazios de gás liquefeito de petróleo, atividade abrangida pelo objeto social nos termos da atual redação da alínea “a” do referido dispositivo estatutário.

A redação atual é:

Art. 4º – A Sociedade tem por objeto: a) a indústria, o comércio, a importação e a exportação de máquinas e equipamentos industriais; de artefatos de ferro e aço, de metais não ferrosos e de matéria plástica; de recipientes metálicos para derivados de petróleo; de recipientes para gases comprimidos; peças e acessórios para a indústria automobilística; de acessórios para linhas de transmissão de eletricidade; de galvanização para si e para terceiros, o que inclui a prestação de serviços de manutenção de equipamentos, conserto, recondicionamento, recuperação e pintura de vasilhames para gás liquefeito de petróleo e a prestação de serviços de testes e análises técnicas em produtos relacionados às atividades da Companhia; b) a relaminação, a frio, de aço; c) a representação de empresas nacionais e estrangeiras, não podendo, em caso e em hipótese alguma, concluir negócios com terceiros e em nome e por conta de seus representados, cabendo-lhe simplesmente agir como representante comercial autônoma, nos termos da legislação específica aplicável; d) participar, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade.

A redação proposta é:

Art. 4º –

Art. 4º – A Sociedade tem por objeto: a) a indústria, o comércio, [a prestação de serviços](#), a importação e a exportação de máquinas e equipamentos industriais; de artefatos de ferro e aço, de metais não ferrosos e de matéria plástica; de recipientes metálicos para derivados de petróleo; de recipientes para gases comprimidos; peças e acessórios para a indústria automobilística; de acessórios para linhas de transmissão de eletricidade; de galvanização para si e para terceiros, o que inclui a prestação de serviços de manutenção de equipamentos, conserto, recondicionamento, recuperação e pintura de vasilhames para gás liquefeito de petróleo, [serviços de separação, classificação e destroca de vasilhames vazios de gás liquefeito de petróleo](#) e a prestação de serviços de testes e análises técnicas em produtos relacionados às atividades da Companhia; b) a relaminação, a frio, de aço; c) a representação de empresas nacionais e estrangeiras, não podendo, em caso e em hipótese alguma, concluir negócios com terceiros e em nome e por conta de seus representados, cabendo-lhe simplesmente agir como representante comercial autônoma, nos termos da legislação específica aplicável; d) participar, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade.

O efeito jurídico esperado com essa alteração é registrar e dar conhecimento a terceiros do objeto social da Companhia de forma mais detalhada. A Companhia não espera que, dessa mudança, decorram efeitos econômicos relevantes.

Para refletir as alterações e ajustes referidos acima, a Companhia submete para avaliação dos acionistas a cópia do estatuto social com as alterações sugeridas destacadas, conforme indicado abaixo:

ESTATUTO SOCIAL DA MANGELS INDUSTRIAL S.A. (com marcas)

Título I **Da denominação, sede, prazo de duração e objeto social.**

Art. 1º. A Mangels Industrial S.A. é uma sociedade anônima regida pelo presente estatuto e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º. A Sociedade tem sede no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, que é seu foro. **Em sua sede, a Sociedade exerce atividades exclusivamente administrativas.**

Parágrafo Único. Por deliberação da Diretoria ou do Conselho de Administração poderão ser instalados ou suprimidos depósitos ou filiais, no país ou no exterior, e que na primeira dessas hipóteses poderá destacar uma parcela do capital social para cada um desses estabelecimentos.

Art. 3º. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

Art. 4º. A Sociedade tem por objeto: a) a indústria, o comércio, **a prestação de serviços**, a importação e a exportação de máquinas e equipamentos industriais; de artefatos de ferro e aço, de metais não ferrosos e de matéria plástica; de recipientes metálicos para derivados de petróleo; de recipientes para gases comprimidos; peças e acessórios para a indústria automobilística; de acessórios para linhas de transmissão de eletricidade; de galvanização para si e para terceiros, o que inclui a prestação de serviços de manutenção de equipamentos, conserto, recondicionamento, recuperação e pintura de vasilhames para gás liquefeito de petróleo, **serviços de separação, classificação e destroca de vasilhames vazios de gás liquefeito de petróleo** e a prestação de serviços de testes e análises técnicas em produtos relacionados às atividades da Companhia; b) a relaminação, a frio, de aço; c) a representação de empresas nacionais e estrangeiras, não podendo, em caso e em hipótese alguma, concluir negócios com terceiros e em nome e por conta de seus representados, cabendo-lhe simplesmente agir como representante comercial autônoma, nos termos da legislação específica aplicável; d) participar, como sócia ou acionista, de qualquer outra sociedade.

Título II **Do capital e das ações.**

Art. 5º. O capital social é de R\$ 171.272.996,67 (cento e setenta e um milhões, duzentos e setenta e dois mil, novecentos e noventa e seis reais e sessenta e sete centavos), integralmente realizado e dividido em 5.783.212 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.067.243 ordinárias e 3.715.969 preferenciais.

Art. 6º. As ações preferenciais terão as seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Sociedade; b) direito ao recebimento de dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária; c) participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

Parágrafo 1º. As ações preferenciais não gozarão do direito a voto e não poderão ser convertidas em ordinárias.

Parágrafo 2º. O número de ações preferenciais sem direito a voto ou sujeitas a restrições no exercício desse direito não pode ultrapassar 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas.

Art. 7º. A reserva de capital constituída por ocasião do balanço de encerramento do exercício social e resultante da correção monetária do capital realizado será capitalizada por deliberação da Assembleia Geral Ordinária que aprovar o balanço, sem modificação do número de ações emitidas.

Art. 8º. O acionista que, no tempo e modo estabelecidos, deixar de efetuar o pagamento da prestação correspondente às ações subscritas ou adquiridas ficará de pleno direito constituído em mora, sujeitando-se ao pagamento dos juros de 1% (um por cento) ao mês, de correção monetária calculada conforme os índices oficiais da inflação e de multa de 10% (dez por cento) do valor da prestação em débito, tudo a partir da data em que tiver incorrido na mora.

Art. 9º. A Sociedade não emitirá títulos múltiplos de ações ou cautelas, razão pela qual as transferências serão operadas por termo lavrado e assinado no livro de "Transferência de Ações Nominativas".

Parágrafo Único. Na transferência das ações nominativas registradas, adquiridas em Bolsa de Valores, o cessionário será representado, independentemente de instrumento de procuração, pela sociedade corretora, ou pela caixa de liquidação da Bolsa de Valores.

Título III Da Assembleia Geral.

Art. 10. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, em um dos 4 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social; e extraordinariamente,

quando convocada pelo Presidente ou pelo Vice-Presidente do Conselho de Administração, ou pelo Diretor Presidente, ou nos casos legais.

Art. 11. A Assembleia Geral será instalada por qualquer administrador da Companhia que nela esteja presente. Em seguida, os acionistas elegerão o Presidente da Assembleia Geral, o qual convidará outro dos presentes para secretariar os trabalhos.

Título IV Da Administração da Sociedade.

Art. 12. São órgãos administrativos da Sociedade: a) o Conselho de Administração; b) a Diretoria.

Art. 13. O Conselho de Administração é órgão de deliberação colegiada, sendo a representação da Sociedade privativa dos Diretores.

Art. 14. Os prazos dos mandatos do Conselho de Administração e da Diretoria serão de 2 (dois) e de um 1 (um) ano, respectivamente, mas se estenderão até a investidura dos novos membros eleitos. São admitidas reeleições. Os membros do Conselho de Administração terão mandato unificado.

Parágrafo Único. Os conselheiros e diretores serão investidos nos seus cargos mediante assinatura do termo de posse no livro de atas do Conselho de Administração ou da Diretoria.

Art. 15. A Assembleia Geral Ordinária fixará, anualmente, a remuneração global dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, cabendo ao primeiro deliberar a forma de distribuição do valor fixado entre seus membros e os da Diretoria.

Seção I Do Conselho de Administração.

Art. 16. O Conselho de Administração é constituído de 3 (três) a 9 (nove) membros, eleitos pela Assembleia Geral. O Conselho de Administração, em sua primeira reunião, designará o Presidente do mesmo órgão e, quando entender necessário, também seu Vice-Presidente, se essas indicações não tiverem sido feitas pela Assembleia Geral.

Art. 17. O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir-se-ão reciprocamente, nos seus impedimentos ou faltas, não prevalecendo com relação a eles o disposto no Parágrafo Primeiro deste artigo.

Parágrafo 1º. Além dos casos de morte, renúncia, interdição ou impedimento, impossibilidade ou incapacidade permanentes de exercer as funções, considerar-se-á vago o cargo de membro do Conselho de Administração que, sem causa justificada, deixar de participar de mais de 2 (duas) de suas reuniões, consecutivamente.

Parágrafo 2º. Ocorrendo vaga no Conselho de Administração, deverá ser convocada Assembleia Geral Extraordinária para deliberar sobre o respectivo provimento no prazo de até 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º. As substituições previstas neste artigo implicarão na acumulação das funções e do direito de voto, mesmo o de qualidade, nas reuniões do Conselho de Administração, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

Art. 18. O Conselho de Administração reunir-se-á, no mínimo, a cada 3 (três) meses, por convocação de seu Presidente ou de seu Vice - Presidente, ou do Diretor Presidente, com 10 (dez) dias de antecedência, dispensando-se esse interregno quando participar da reunião a totalidade de seus membros.

Parágrafo 1º. As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas pela maioria dos membros desse órgão e, no caso de empate, o seu Presidente, ou na sua ausência ou impedimento o seu Vice-Presidente, usará do voto de qualidade.

Parágrafo 2º. Os membros do Conselho de Administração poderão participar da reunião por intermédio de conferência telefônica, vídeo conferência ou por qualquer outro meio que permita que todos os Conselheiros possam ver e/ou ouvir uns aos outros e, nesse caso, serão considerados presentes à mesma, devendo, logo após o término da reunião, confirmar seu voto por carta, e-mail ou fax, encaminhada ao Presidente do Conselho ou, em se tratando do Presidente, ao Vice-Presidente do Conselho, e assinar a respectiva ata na primeira reunião subsequente que contar com a presença física de seus membros.

Parágrafo 3º. Exceto o Presidente e o Vice-Presidente, cada um dos demais membros do Conselho de Administração terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama, telex ou telefax, a fim de representá-lo nas reuniões do Conselho de Administração, seja para a formação do "quórum", seja para a votação; e igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, telex ou telefax quando recebidos na sede social, até o momento da reunião.

Parágrafo 4º. O Conselho de Administração tem a faculdade de convidar para participar de suas reuniões, mas sem direito a voto, qualquer membro da Diretoria que não seja membro do Conselho de Administração.

Art. 19. Compete ao Conselho de Administração: a) fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade; b) eleger e destituir os Diretores; c) fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar, a qualquer tempo, os livros e papéis da Sociedade; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração; e qualquer outro ato; d) pelo seu Presidente, convocar a Assembleia Geral quando julgar conveniente, ou nos casos legais; e) manifestar-se sobre o relatório da Administração e as contas da Diretoria; f) escolher e destituir os auditores independentes; g) deliberar sobre a instalação ou supressão de depósitos ou filiais, no país ou no exterior; h) autorizar a Diretoria: h.1 - a contratar empréstimos junto a instituições financeiras oficiais ou privadas e de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; h.2 - a constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; h.3 - a prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; h.4 - a adquirir ou a alienar participações em outras empresas. Esta autorização não é necessária para aplicação com incentivos fiscais que de outra forma seria desembolsada no pagamento de impostos; h.5 - a exercer o direito de voto nas Assembleias Gerais das sociedades controladas e das subsidiárias integrais, indicando, ainda, a orientação geral dos negócios dessas sociedades; h.6 - a negociar com as ações de emissão da Sociedade, para alienação, cancelamento ou permanência em tesouraria e demais casos, desde que previstos em lei; h.7 - a emitir notas promissórias para distribuição pública (commercial papers).

Seção II Da Diretoria.

Art. 20. A Diretoria é constituída de 1 (um) Diretor Presidente e até mais 6 (seis) Diretores, sendo 1 (um) designado Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores e os demais Diretores sem designação específica, todos eleitos e destituíveis, a qualquer tempo, pelo Conselho de Administração.

Parágrafo Único. Os membros da Diretoria não poderão obrigar-se por aval ou fiança, salvo em favor da Sociedade e/ou de empresas a ela coligadas, direta ou indiretamente; e não poderão ser membros do Conselho Fiscal de qualquer sociedade.

Art. 21. Nos impedimentos ou faltas de qualquer Diretor o seu substituto será designado pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, pelo Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores; não o fazendo, caberá à Diretoria tal designação, que deixará de ser feita quando ocorrer a hipótese de que trata o parágrafo segundo do artigo 22 deste estatuto.

Parágrafo 1º. No caso de vacância de cargo da Diretoria deverá esta convocar o Conselho de Administração para deliberar sobre o provimento do cargo vago.

Parágrafo 2º. As substituições previstas neste artigo implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito a voto, mesmo o de qualidade, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

Art. 22. A Diretoria reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou pelo Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, com 5 (cinco) dias de antecedência. Essas reuniões serão válidas quando delas participar a maioria de seus membros em exercício, entre os quais o Diretor Presidente ou o Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, dispensando-se esse interregno quando da reunião participar a totalidade dos Diretores.

Parágrafo 1º. Em todas as reuniões da Diretoria as deliberações serão tomadas por maioria de votos dos seus membros; e, se houver empate, o Diretor Presidente ou, na ausência deste, o Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores usarão do voto de qualidade. Sempre que o Diretor Presidente ou o Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, se for o caso, for vencido em qualquer deliberação da Diretoria, terá a faculdade de recorrer para o Conselho de Administração, susstando-se a deliberação recorrida até o pronunciamento deste órgão.

Parágrafo 2º. Qualquer Diretor terá o direito de credenciar um de seus pares por carta, telegrama, telex ou telefax, a fim de representá-lo nas reuniões da Diretoria, seja para a formação do "quórum", seja para a votação; e igualmente, são admitidos votos por carta, telegrama, telex ou telefax quando recebidos, na sede social, até o momento da reunião.

Art. 23. Compete à Diretoria: a) deliberar sobre a instalação ou supressão de filiais ou depósitos; b) apresentar à Assembleia Geral o relatório anual e as demonstrações financeiras de cada exercício, depois de submetidos ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado; c) resolver os casos extraordinários; que não sejam da competência da Assembleia Geral, ou do Conselho de Administração.

Art. 24. Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais a Diretoria é também investida de todos os poderes para: a) contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, e, de modo especial, junto a qualquer Carteira do Banco do Brasil S.A. ou do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes; b) prestar fiança e/ou aval em favor de outras empresas direta ou indiretamente controladas pela Mangels Industrial S.A.; c) transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos e celebrar contratos de qualquer natureza relativos ao objeto social; d) em reunião, nomear com o título de Diretor Superintendente, Diretor Adjunto, Diretor de Divisão ou Diretor de Departamento, pessoal para gerenciar setores industriais ou administrativos da Companhia, com prazo de gestão indeterminado, não implicando tal procedimento em delegação de

poderes que, por lei e por este estatuto, sejam privativos dos Diretores eleitos, nem lhe atribuindo a condição de membro de qualquer órgão estatutário ou alterando as suas relações trabalhistas com a Sociedade.

Parágrafo 1º. Os poderes definidos no “caput” desta cláusula serão exercidos na forma indicada no artigo 25 deste estatuto.

Parágrafo 2º. Quando previamente autorizada pelo Conselho de Administração poderá a Diretoria, ainda, praticar os atos a que se refere a alínea “h” do artigo 19 deste estatuto.

Art. 25. A Sociedade será representada: a) conjuntamente, por quaisquer 2 (dois) Diretores, devendo um deles ser o Diretor Presidente ou o Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, nos atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; b) conjuntamente, por um Diretor e um procurador, nos limites dos poderes que houverem sido conferidos; c) conjuntamente, por 2 (dois) procuradores, nos limites dos poderes que houverem sido conferidos; d) singularmente, por um procurador, nos limites dos poderes que houverem sido conferidos, em casos especiais, quando a Diretoria assim o deliberar, ou, então, para fins judiciais.

Parágrafo 1º. A Sociedade será representada por qualquer Diretor nos seguintes atos: a) endosso de cheques em favor de instituições financeiras, para crédito em conta de depósito da Sociedade; b) endosso de duplicatas em favor de instituições financeiras para o efeito de simples cobrança; c) representação perante qualquer Repartição Pública Federal, Estadual e Municipal, Carteiras do Banco do Brasil S.A., Conselho de Política Aduaneira, Delegacias da Receita Federal, Autarquias e Correios e Telégrafos, para fins administrativos; d) representação perante a Justiça do Trabalho e Sindicatos, inclusive para matéria de admissão, suspensão e demissão de empregados e/ou acordos trabalhistas.

Parágrafo 2º. Nos atos de constituição de procuradores a Sociedade será representada: a) conjuntamente, por 2 (dois) quaisquer Diretores sendo um necessariamente o Diretor Presidente ou o Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores, apenas quando o mandato for outorgado para a prática de atos relativos à aquisição, alienação ou oneração de bens imóveis; e b) conjuntamente, por 2 (dois) Diretores quando o mandato for outorgado para a prática de atos ordinários de gestão da Sociedade.

Parágrafo 3º. Salvo quando para fins judiciais, todos os demais mandatos outorgados pela Sociedade deverão expirar-se na data de 31 de maio do ano seguinte, ou do segundo ano subsequente, não podendo o seu prazo de vigência, de qualquer forma, ultrapassar 24 (vinte e quatro) meses da data inicial, se menor prazo não for estabelecido, o qual sempre deverá constar do instrumento de mandato.

Art. 26. Compete, privativamente: a) ao Diretor Presidente ou, na sua ausência, ao Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores: a.1) representar a Sociedade, ativa e passivamente, em Juízo ou fora dele, especialmente para prestar depoimento pessoal, sendo-lhe facultado constituir procurador especial para representá-lo nesse procedimento, na forma do artigo 25, parágrafo segundo, supra; a.2) presidir as reuniões da Diretoria usando do voto de qualidade no caso de empate nas suas deliberações, sendo que, na sua ausência, a presidência da reunião poderá ser exercida e o voto de qualidade poderá ser proferido pelo Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores; a.3) dirigir e superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; a.4) transigir sobre qualquer assunto judicial ou extrajudicial; a.5) orientar e executar o planejamento estratégico da Sociedade, bem como definir a política e diretrizes de recursos humanos; a.6) responder pela área financeira; a.7) superintender todas as atividades sociais com a colaboração dos demais Diretores; e a.8) supervisionar as áreas específicas de atuação dos demais Diretores; b) a cada um dos Diretores responder pelas áreas específicas designadas pelo Diretor Presidente ou, na sua ausência, ao Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores.

Parágrafo Único. As citações decorrentes de ações judiciais ou procedimentos administrativos envolvendo a Sociedade somente serão válidas quando feitas, conjuntamente, nas pessoas de 2 (dois) Diretores, um dos quais o Diretor Presidente ou, na sua ausência, ao Diretor de Finanças, Administração e Relações com Investidores.

Título V Do Conselho Fiscal.

Art. 27. O Conselho Fiscal é órgão não permanente, que só será instalado pela Assembleia Geral a pedido de acionistas, na conformidade legal.

Parágrafo Único. O Conselho Fiscal terá as atribuições e os poderes que a lei lhe confere.

Art. 28. Quando instalado, o Conselho Fiscal será composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros e suplentes em igual número; e a sua remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger. **Parágrafo Único.** Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes.

Título VI Do Conselho Consultivo.

Art. 29. A Sociedade poderá ter um Conselho Consultivo composto de 3 (três) a 5 (cinco) membros, acionistas ou não, residentes ou não no país, eleitos, anualmente, pela Assembleia Geral Ordinária, que fixará os seus honorários, os quais serão distribuídos entre os seus membros na forma que deliberar o mesmo Conselho.

Os membros do Conselho de Administração poderão ser membros do Conselho Consultivo e assim reciprocamente. A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, destituir um ou todos os membros do Conselho Consultivo.

Parágrafo 1º. O Conselho Consultivo será presidido por um de seus membros, escolhido em reunião do próprio órgão, o qual terá o título de Presidente do Conselho Consultivo.

Parágrafo 2º. O Conselho Consultivo reunir-se-á sempre que convocado pelo seu Presidente, ou pelo Presidente do Conselho de Administração, deliberando, validamente, com a presença, ou representação, da maioria de seus membros então em exercício. O Conselho Consultivo será convocado mediante aviso prévio, por carta, telegrama, telex ou telefax, com 20 (vinte) dias de antecedência.

Parágrafo 3º. As atas de todas as reuniões do Conselho Consultivo serão registradas em livro próprio.

Art. 30. Os órgãos administrativos da Sociedade prestarão ao Conselho Consultivo todas as informações que este solicitar, necessárias ao desempenho de suas atribuições.

Art. 31. Competirá ao Conselho Consultivo: a) tomar conhecimento dos assuntos tratados nas reuniões do Conselho de Administração, para o que lhe serão remetidas, rotineiramente, cópias das respectivas atas; b) acompanhar as atividades sociais, aconselhando o Conselho de Administração em todos os assuntos de relevante interesse social; c) transmitir ao Conselho de Administração informações e dados técnicos, econômicos, industriais e comerciais concernentes ao objeto social, apresentando sugestões.

Título VII Das demonstrações financeiras e da destinação do lucro líquido.

Art. 32. O exercício social coincide com o ano civil, terminando portanto, em 31 de dezembro de cada ano, quando serão elaboradas as demonstrações financeiras; e do resultado do exercício serão deduzidos, antes de qualquer participação, os eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o Imposto sobre a Renda. Juntamente com as demonstrações financeiras os órgãos de administração apresentarão à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido, observando a seguinte ordem de dedução na forma da lei: a) 5% (cinco por cento) para o Fundo de Reserva Legal, até atingir 20% (vinte por cento) do capital social; b) a quota necessária ao pagamento de um dividendo que represente, em cada exercício social, 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, do lucro líquido ajustado, nos termos legais.

Parágrafo 1º. O saldo será destinado à Reserva para Aumento de Capital, com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais, até atingir o limite de 80% (oitenta por cento) do capital social, a menos que a Assembleia Geral, por proposta da Diretoria e com o parecer favorável do Conselho de Administração, delibere destino diverso.

Parágrafo 2º. Quando for pago o dividendo a que se refere este artigo, a Assembleia Geral poderá atribuir ao Conselho de Administração e à Diretoria uma participação nos lucros líquidos, desde que o seu total não ultrapasse a remuneração anual dos administradores, nem um décimo dos lucros, prevalecendo o limite que for menor.

Parágrafo 3º. O Conselho de Administração poderá deliberar o pagamento aos acionistas de juros sobre capital próprio e imputar os valores creditados ou pagos a esse título ao valor do dividendo obrigatório previsto no caput deste art. 32.

Art. 33. Poderá a Diretoria: a) levantar balanços semestrais no dia 30 de junho de cada ano, observando, em tal hipótese, as mesmas normas definidas no artigo anterior; b) levantar balanços e distribuir dividendo em períodos menores, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda ao montante das reservas de capital; c) declarar dividendo intermediário à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

Art. 34. Os balanços serão obrigatoriamente auditados por auditores independentes, registrados no Banco Central do Brasil ou na Comissão de Valores Mobiliários. Tais auditores serão livremente escolhidos pelo Conselho de Administração.

TÍTULO VIII Da liquidação.

Art. 35. A Sociedade entrará em liquidação nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação e nomear o liquidante que deva funcionar durante esse período.
